



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
24 e 25/06/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Mostra Sesc está com inscrições abertas até 30 de junho – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 24/06/2021
3. "Não podemos parar": FBHA lança campanha de apoio ao setor na retomada – MERCADOS E EVENTOS – São Paulo – 24/06/2021
4. Com apoio da CNC, estudo do Banco Mundial aponta caminhos para um Brasil competitivo – O GLOBO – Rio de Janeiro – 24/06/2021
5. Prefeito de Natal publica decreto que dá desconto em pagamento de débitos – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 24/06/2021
6. Governo Federal libera mais R\$ 38,2 milhões para obras da Barragem de Oiticica, no RN – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 24/06/2021
7. Bolsonaro assina ordem do Ramal do Apodi – TRIBUNA DO NORTE– Rio Grande do Norte – 25/06/2021
8. Gasolina salta para R\$ 6,29 em Natal – TRIBUNA DO NORTE– Rio Grande do Norte – 25/06/2021
9. Lula tem 49% das intenções de voto; Bolsonaro, 23% - ESTADÃO - 25/06/2021
10. Gilmar estende suspeição de Moro - ESTADÃO - 25/06/2021
11. Câmara abranda alcance da Ficha Limpa - ESTADÃO - 25/06/2021
12. PF avisa que investigação não foi solicitada - ESTADÃO - 25/06/2021
13. TCU aponta 'possíveis' improbidades - ESTADÃO - 25/06/2021
14. Sintomas da covid mudam e ficam parecidos com gripe - ESTADÃO - 25/06/2021

15. BC já estima inflação de 5,8% e cita maior probabilidade de estourar meta - ESTADÃO - 25/06/2021
16. Covaxin trinca discurso de Bolsonaro, que avalia romper contrato de vacina - FOLHA - 25/06/2021
17. Para venda, empresa citou pressão e fez oferta de 1 dia - FOLHA - 25/06/2021
18. Bolsonaro ataca CPI e diz que 'acusação é arma que sobra' no episódio Covaxin - FOLHA - 25/06/2021
19. Reforma prevê blindar políticos que espalham fake news em ano de eleição - FOLHA - 25/06/2021
20. Gilmar estende suspeição de Moro para todos os processos contra Lula - FOLHA - 25/06/2021
21. Governo mira R\$ 9 bi do Bolsa Família para turbinar área social antes da eleição - FOLHA - 25/06/2021
22. Bancos internacionais veem dólar a R\$ 4,50 sustentado por commodities - FOLHA - 25/06/2021
23. Mais de 2 milhões de ingleses têm Covid longa, diz estudo - FOLHA - 25/06/2021
24. Governo da Índia emite alerta sobre variante 'Delta Plus' - FOLHA - 25/06/2021
25. GRÁFICOS

RELATÓRIO

"Não podemos aceitar que um país com dimensões continentais como o Brasil possa ter um ambiente de negócios sem liberdade de agir, ousar, atuar sem entraves burocráticos. Precisamos encontrar caminhos para um capitalismo moderno, um sistema dinâmico, com crescimento sustentável". Esta foi a declaração do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ao avaliar o estudo Doing Business Subnacional Brasil 2021, produzido pelo Banco Mundial, com apoio da própria CNC, Sebrae e Febraban. O relatório mostra que o ambiente de negócios no Brasil é mais burocrático que o das economias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que o de seus pares no Brics.

Sensibilizada com os impactos negativos econômicos causados pelo prolongamento da pandemia do coronavírus, a Prefeitura de Natal lançou um programa de renegociação fiscal (REFIS), estabelecendo um novo regime especial provisório de quitação de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não na dívida ativa do Município de Natal. O decreto com as normas foi publicado na edição da quarta-feira (23/06), do Diário Oficial do Município (DOM).

Em visita ao interior do Rio Grande do Norte, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, assinaram nesta quinta-feira (24/06) a Ordem de Serviço para início da construção do Ramal Apodi, trecho final do Projeto de Integração das Águas do São Francisco. O Governo Federal também liberou R\$ 38,2 milhões para a conclusão das obras da Barragem de Oiticica, localizada no município de Jucurutu.

Na economia, um item essencial para a maioria dos brasileiros dispara em Natal. A gasolina saltou para R\$ 6,29 na capital potiguar. Sem aviso prévio, o litro do combustível - gasolina comum - aumentou quase R\$ 0,40 na maioria dos postos da cidade. O Sindpostos credita a mudança do valor ao reajuste no custo do etanol nas refinarias de todo país.

Em âmbito nacional, o Banco Central informou no seu Relatório Trimestral de Inflação, que subiu de 5% para 5,8% sua estimativa de inflação para 2021 e que passou de 41% para 74% a probabilidade de a alta nos preços superar o teto da meta - de 5,25% - previsto para este ano. O BC vê uma aceleração da inflação no curto prazo, chegando a 8,5% no acumulado em 12 meses em agosto. Depois, prevê um arrefecimento até o fim do ano.

Na política, um assunto que virou manchete nos principais jornais do país nesta sexta-feira (25/06) foi mais uma pesquisa eleitoral que aponta o ex-presidente Lula disparado na liderança. Com 49% das intenções de voto, o petista aparece como favorito para a próxima eleição no país. Segundo o instituto Ipec, Lula tem mais que o dobro da taxa do presidente Jair Bolsonaro, que aparece em segundo com 23%. Neste cenário, Lula venceria no primeiro turno. Ciro Gomes aparece em terceiro com 7%, João Doria é o quarto com 5% e Luiz Henrique Mandetta aparece em quinto com 3%.

Na Justiça, o ministro Gilmar Mendes, do STF, decidiu estender os efeitos da declaração de suspeição do ex-juiz Sérgio Moro a outros dois processos da Lava Jato envolvendo o ex-presidente Lula: o sítio de Atibaia e o da doação do terreno para sediar o Instituto Lula. A decisão individual foi tomada um dia após o plenário da Corte bater o martelo sobre a parcialidade de Moro na ação penal do triplex do Guarujá, que levou o petista à prisão por 580 dias e o deixou de fora das eleições de 2018.

24/06/2021

Link <http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/573cdcc28a4d79b70414bdbaa89a09d0.pdf>

MOSTRA SESC ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ 30 DE JUNHO

Seleção ocorrerá em todo o Brasil e produções cinematográficas receberão prêmios de até R\$ 5 mil

Os interessados em participar da IV Mostra Sesc de Cinema têm até o dia 30 de junho para inscreverem seus projetos. A exibição dos filmes será no âmbito nacional e regional, e podem concorrer filmes de longa, média e curta metragens.

As premiações serão de R\$ 5.000 (longas), R\$ 3.500 (médias) e R\$ 2.500 (curtas). As obras devem ter sido finalizadas a partir de 1º de janeiro de 2019 e a lista com as produções selecionadas será divulgada até o dia 30 de setembro.

Como a edição deste ano ocorrerá em ambiente digital - da seleção à exibição - foi feita uma mudança no processo de escolha dos filmes que, agora, terá uma única etapa de curadoria estadual. Uma das novidades é a seleção de um

filme de cada um dos 23 estados participantes e do Distrito Federal, o que traz uma pluralidade ainda maior à Mostra. As obras serão avaliadas por comissões estaduais formadas por profissionais do Sesc e especialistas convidados.

SOBRE A MOSTRA SESC DE CINEMA

Lançado em 2017, o concurso busca incentivar e dar visibilidade à produção cinematográfica brasileira que não chega ao circuito comercial de exibição, contribuindo para a promoção e o lançamento de novos artistas de todo o país. Em sua última edição, realizada em 2019, a Mostra Sesc de Cinema recebeu 1200 produções.

SERVIÇO:

O que? IV Mostra Sesc de Cinema

Inscrições? 1º de e 30 de junho, no site www.sesc.com.br/mostradecinema.

Participação: obras finalizadas a partir de 1º de janeiro de 2019.

Premiação: R\$ 2.500 (curtas), R\$ 3.500 (médias) e R\$ 5.000 (longas).

Produções selecionadas: 31 sendo 24 para o Panorama Brasil e 7 produções para infância e juventude.

**"Não podemos parar": FBHA lança campanha de apoio ao setor na retomada – MERCADOS E
EVENTOS – São Paulo – 24/06/2021**

Link	https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/hotelaria/nao-podemos-parar-fbha-lanca-campanha-de-auxilio-ao-setor-na-retomada/
------	---

“Não podemos parar”: FBHA lança campanha de apoio ao setor na retomada

A Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) mobiliza o setor para lançar, nesta quinta-feira (24), uma campanha nacional intitulada “Não podemos parar”. A ação, que conta com o apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), tem o intuito de auxiliar na retomada do segmento de forma segura, dentro dos protocolos de higienização estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

De acordo com Alexandre Sampaio, presidente da entidade, a medida busca alertar a sociedade sobre os prejuízos acumulativos que o setor tem sofrido desde a chegada da Covid-19 ao país. No começo do mês de junho, a CNC informou que o turismo brasileiro teve a perda de R\$ 355,2 bilhões desde março do ano passado.

“O slogan da campanha já explicita o que queremos transmitir: precisamos acreditar em dias melhores e, por esta razão, não podemos parar. Devemos dar continuidade aos nossos negócios para que empresários, colaboradores e profissionais da área possam garantir a própria renda. É inconcebível permitir novas falências dentro do nosso ramo”, explica.

A campanha "Não Podemos Parar" da FBHA é apresentada em um formato de cartaz. No topo, o slogan "NÃO PODEMOS PARAR!" está em letras azuis e brancas. À direita, o logo da FBHA (Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação) é exibido. O centro do cartaz mostra uma mulher com uma mochila de viagem fotografando um edifício histórico, o Convento Nossa Senhora Anjos em Penedo, Alagoas. O texto "LUGARES NOVOS PRECISAM SER CONHECIDOS" está sobreposto à imagem. Na base, há o logo do CNC (CNC SESC SENAC) e uma seção de dicas de segurança com ícones: "Evite aglomerações", "Use máscara" e "Use álcool em gel", acompanhadas pelo texto "Fique atento a todas as recomendações e medidas de prevenção à Covid-19". Um hashtag "#NãoPodemosParar" está no canto inferior direito.

A FBHA terá imagens que representam a vida do turismo brasileiro em suas diferentes formas. Segundo a entidade, por meio do turismo, é possível vivenciar novas culturas, experiências, histórias e afetos. "Esses sentimentos são fundamentais para a qualidade de vida. Estamos falando de mães e pais de família que dependem do setor diretamente. Queremos que os estados compreendam a gravidade de limitar o funcionamento de estabelecimentos vitais para a população", destaca Sampaio.

O presidente ainda solicita apoio dos empresários para aderirem ao movimento. Para auxiliar na divulgação da ação, a FBHA disponibilizará as peças da campanha para todos os seus sindicatos filiados, espalhados por todo Brasil.

Link	https://oglobo.globo.com/economia/cnc-noticias/com-apoio-da-cnc-estudo-do-banco-mundial-aponta-caminhos-para-um-brasil-competitivo-25075332
------	---

Com apoio da CNC, estudo do Banco Mundial aponta caminhos para um Brasil competitivo

O estudo Doing Business Subnacional Brasil foi realizado nos 26 Estados e no Distrito Federal

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO POR CNC
24/06/2021 - 14:46
Conteúdo de responsabilidade do anunciante



Precisamos encontrar caminhos para um capitalismo moderno, um sistema dinâmico, com crescimento sustentável", disse o presidente da Confederação, José Roberto Tadros. Foto: Divulgação

O ambiente de negócios no Brasil é mais burocrático que o das economias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que o de seus pares no Brics, mas é possível avançar olhando para dentro. É o que mostra o estudo Doing Business Subnacional Brasil 2021, produzido pelo Banco Mundial, a pedido da Secretaria-Geral da Presidência da República, com apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Sebrae e Febraban. O relatório foi apresentado no dia 15 de junho, em evento on-line. “Não podemos aceitar que um país com dimensões continentais como o Brasil possa ter um ambiente de negócios sem liberdade de agir, ousar, atuar sem entraves burocráticos. Por isso, a CNC se engajou nessa iniciativa. Precisamos encontrar caminhos para um capitalismo moderno, um sistema dinâmico, com crescimento sustentável. Que em breve possamos estar comemorando a evolução de todas as regiões e do Brasil no ranking do Banco Mundial”, disse o presidente da Confederação, José Roberto Tadros, ressaltando a alta carga tributária como um dos grandes fatores inibidores dos investimentos.

O Doing Business Subnacional Brasil foi realizado nos 26 Estados e no Distrito Federal. É a primeira vez que o estudo abrange capitais além de Rio de Janeiro e São Paulo. Além do presidente da CNC e de representantes do Banco Mundial, o evento de apresentação do estudo contou com a participação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni; Carlos Melles, diretor-presidente do Sebrae; e Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Prefeito de Natal publica decreto que dá desconto em pagamento de débitos – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 24/06/2021

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/prefeito-de-natal-publica-decreto-que-da-desconto-em-pagamento-de-debitos/
------	---

Prefeito de Natal publica decreto que dá desconto em pagamento de débitos

Os créditos cujos fatos geradores ocorreram até 31 de maio de 2021 poderão ser parcelados da seguinte forma: em até 60 parcelas, com valor da primeira parcela não inferior a 5% do montante parcelado, se o parcelamento for realizado até 31 de agosto de 2021. Se o parcelamento for até 29 de outubro de 2021, dívida poderá ser paga em 50 vezes

Sensibilizada com os impactos negativos econômicos causados pelo prolongamento da pandemia do coronavírus, a Prefeitura do Natal lançou um programa de renegociação fiscal (REFIS), estabelecendo um novo regime especial provisório de quitação de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não na dívida ativa do Município de Natal. O decreto com as normas foi publicado na edição desta quarta-feira 23, do Diário Oficial do Município (DOM).

Os créditos cujos fatos geradores ocorreram até 31 de maio de 2021 poderão ser parcelados da seguinte forma: em até 60 parcelas, com valor da primeira parcela não inferior a 5% do montante parcelado, se o parcelamento for realizado até 31 de agosto de 2021. Se o parcelamento for realizado até 29 de outubro de 2021, a dívida poderá ser fracionada em até 50 parcelas, com valor da primeira parcela não inferior a 10% do montante parcelado. O contribuinte que optar pelas 40 parcelas, com valor da primeira parcela não inferior a 15% do montante parcelado, terá que concretizar o acordo até o dia 31 de dezembro deste ano.

“É realmente uma oportunidade muito boa que a Prefeitura está oferecendo para que o contribuinte com débito em aberto possa regularizar sua situação perante o Município, com condições especiais, seja de forma à vista ou parceladamente. Os tributos alcançados são todos, inclusive os não tributários, e com isso alcançamos grande parte dos contribuintes que necessitam sanar seus débitos”, afirma o prefeito Álvaro Dias, ressaltando o ineditismo do programa, pois esse tipo de renúncia fiscal nunca foi implantada na administração de Natal.

O Secretário Municipal de Tributação, Ludenilson Lopes, exemplifica a diminuição de valores com a adesão ao programa, citando débitos referentes aos anos 1980. “São 14 débitos nos quais os valores com esse Refis ficaria em torno de R\$ 181 mil e os juros que estão sendo perdoados montariam em torno de R\$ 528 mil”, afirma. “Em suma, é um Refis nunca visto aqui na história de Natal e também não conheço outra municipalidade ou estado que tenha feito nesse formato”, concluiu.

De acordo com o decreto, o pagamento da primeira parcela caracteriza a efetivação do parcelamento, bem como o reconhecimento irretratável dos créditos dele integrantes e a desistência de eventuais litígios, administrativos ou judiciais. Na hipótese de transações que importem em terminação de litígio judicial, o parcelamento pode ser realizado em até 100 meses, conforme previsto no artigo 17-B da Lei 3.882/1989 (Código Tributário Municipal), observada a parcela mínima de R\$ 5 mil.

Para usufruir das condições especiais do decreto temporário, o contribuinte deverá solicitar o parcelamento (acesso – requerimento de acesso) ou pagamento à vista (emissão de DAM) a partir da plataforma disponibilizada pela internet, no endereço eletrônico www.natal.rn.gov.br/semut através da plataforma do Directa da Secretaria Municipal de Tributação – SEMUT.

Natalense tem emissão facilitada para alvarás e licenças

Natal celebra os bons números alcançados na expedição de licenças e alvarás no primeiro quadrimestre de 2021. Nesse período, de acordo com estatísticas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), foram emitidos 1.166 atos, entre licenças, alvarás, certidões, autorizações e habite-se. Mesmo diante do cenário de pandemia e adoção do regime de trabalho híbrido, esses números representam um incremento de 32% a mais de atos administrativos do que no mesmo período do ano passado. Além disso, a emissão do alvará de funcionamento provisório, licença que permite o início das atividades comerciais, teve um salto de um terço a mais que em 2020.

Foram 316 alvarás de funcionamento provisório, 108 alvarás de funcionamento definitivo, 137 alvarás de construção, 135 certidões negativas de débito ambiental (CNDAs) e 122 certidões diversas, entre característica, demolição e de uso e ocupação. Além de 85 licenças de instalação, operação e simplificada, 66 habite-se, 65 autorizações entre urbanísticas, ambientais e de supressão, 123 dispensas de licenciamento e 9 consultas prévias.

“Estamos trabalhando para modernizar, agilizar e desburocratizar o nosso sistema de emissão de licenças e alvarás. Esses números positivos mostram que estamos no caminho certo”, celebra o prefeito Álvaro Dias. Ele lembra que a demora na emissão de licenças era uma reclamação recorrente da classe produtiva e afugentava investidores que não encontravam um ambiente de negócios propício para empreender em Natal. “Mudamos essa realidade, mesmo enfrentando um período de dificuldades por causa da pandemia, e atingimos uma marca significativa. Vamos seguir com esse foco na recuperação da nossa economia para recuperar os empregos”, complementa.

Confira como pode ser o parcelamento:

Em até 60 parcelas, com valor da primeira não inferior a 5% do montante negociado, se o parcelamento for realizado até 31 de agosto de 2021;

Em até 50 parcelas, com valor da primeira parcela não inferior a 10% do montante parcelado, se o parcelamento for realizado até 29 de outubro de 2021;

Em até 40 parcelas, com valor da primeira parcela não inferior a 15% do montante parcelado, se o parcelamento for realizado até 30 de dezembro de 2021;

O vencimento da primeira parcela, estabelecido no §4º do artigo 4º do Decreto n.º 10.610 de 28 de janeiro de 2015, não poderá ser posterior ao último dia útil do mês em que realizado o parcelamento nem ser posterior a 30 de dezembro de 2021, vencendo-se as demais no dia 25 de cada mês subsequente.

Canais de atendimento:

Chat online: <http://www.natal.rn.gov.br/semut>

* Caso não abra automaticamente do lado direito da tela a janela do Chat (Atendimento ao Cidadão), o mesmo pode ser acionado no canto inferior direito da página, através do ícone “Fale Conosco”.

Outros contatos:

Gabinete: 98786-8208 / 3232-8882 / 98867-3889

Atendimento/Parcelamento – CAC: 3232-9165 / 3232-9029 / 3232-8900 / 3232-8884 / 98704-6627

Dívida Ativa – Certidões/Arrecadação/Cobrança: 98726-6818 / 3232-9020

Dívida Ativa – Cobrança: 3232-8885

IPTU – Alteração Cadastral – 98786-2051

IPTU/ISS – Boleto e parcelamento: 3232-9169

IPTU / ITIV – Fiscalização: 3232-9162

IPTU – Mudança de Titularidade: 3232-8906/98786-1990

IPTU – Processos/Parcelamento: 3232-8894

Plantão Fiscal – ISS: 3232-8890

ISS – Fiscalização: 3232-8891

ISS – Cadastro: 3232-8883 / 98786-2016

Abertura de processos: 3232-8909

Contencioso Administrativo: 3232-8892

Informática: 3232-8895

Procuradoria: 98870-3331/98818-5788

Reclamações/Sugestões: 3232-8896

* Os números de telefone fixo acima estão funcionando como Whatsapp.

Email do Plantão Fiscal: plantaofiscal@natal.rn.gov.br

Telefones para ligação:

Gabinete: 98786-8208 / 98867-3889 / 3232-8884

Atendimento/Parcelamento – CAC: 98704-6627

Dívida Ativa – Certidões/Arrecadação/Cobrança: 98726-6818

Dívida Ativa – Cobrança: 3232-8885

Dívida Ativa – Certidões/Arrecadação: 3232-9020

IPTU – Alteração Cadastral: 98786-2051

IPTU – Mudança Titularidade: 98786-1990

ISS – Cadastro: 98786-2016

Link

<https://agorarn.com.br/ultimas/governo-federal-libera-mais-r-382-milhoes-para-obras-da-barragem-de-oiticica-no-rn/>

Governo Federal libera mais R\$ 38,2 milhões para obras da Barragem de Oiticica, no RN

Empreendimento, que deve ser concluído até o final do ano, vai atender cerca de 330 mil pessoas de oito cidades potiguares

O Governo Federal anuncia, nesta quinta-feira 24, um repasse de mais R\$ 38,2 milhões para a conclusão das obras da Barragem de Oiticica, localizada no município de Jucurutu, no Rio Grande do Norte. Desse total, R\$ 18 milhões são provenientes de emendas de bancada. O evento deve contar com a presença do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

A barragem, que vai receber as águas do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco, tem, até o momento, 90,81% de execução e deve estar totalmente concluída até dezembro de 2021. As obras são de responsabilidade do estado, com apoio financeiro da União. O investimento total é de R\$ 657,2 milhões, sendo R\$ 638,2 milhões do Governo Federal. Desde 2019, foram repassados R\$ 291,6 milhões para o empreendimento – cerca de 45,7% do valor de repasse.

Quando concluída, a barragem vai atender 330 mil pessoas de oito cidades potiguares: Jucurutu, Caicó, Timbaúba dos Batistas, São Fernando, Jardins de Piranha, Cruzeta, São José do Seridó e São José do Sabugi.

A Barragem de Oiticica também vai contribuir com o controle das cheias na região e permitir uma ampliação de até 10 mil hectares da área irrigada da Bacia Piranhas-Açu, além da geração de energia de 3,52 MW, o suficiente para atender uma cidade de 140 mil habitantes.

Reassentamento

Também nesta quinta 24, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Rogério Marinho devem visitar o reassentamento urbano da comunidade Barra de Santana. O local irá abrigar a população da Comunidade Originária, que ocupa área que será inundada pela Barragem de Oiticica.

A área completa tem 15,37 hectares e capacidade para 419 lotes. O empreendimento está em fase final, com 91,26% de execução, e deve ser concluído em agosto deste ano. A comunidade terá 176 moradias, que vão beneficiar cerca de 700 pessoas. Assim que as obras forem concluídas, será realizado o reassentamento das famílias.

Estão sendo construídos, ainda, creche, escola, igreja, cemitério, posto de saúde, centro comercial, praças, quadra poliesportiva e a sede da associação de moradores.

Histórico

O projeto inicial da Barragem de Oiticica surgiu há quase 70 anos, no Governo Getúlio Vargas, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em função das secas de 1951 e 1952. Os trabalhos foram iniciados em 1952 e paralisados logo em seguida.

Na década de 1980, foi retomado o projeto para a construção da barragem. E, em 1990, houve a primeira tentativa de iniciar a execução da obra. Porém, em 1993, os trabalhos foram paralisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Onze anos depois, em 2004, foi aberta licitação para realização do estudo de viabilidade hídrica do empreendimento, mas não houve início de obras.

Apenas em junho de 2013, foi assinada a ordem de serviço que autorizou o início das obras. A previsão inicial de conclusão do empreendimento era em 2015.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bolsonaro-assina-ordem-do-ramal-do-apodi/513876>

Bolsonaro assina ordem do Ramal do Apodi

« **TRANSPOSIÇÃO** » Jair Bolsonaro e o ministro do Desenvolvimento Regional assinaram a Ordem de Serviço para início da construção do Ramal do Apodi, trecho final do Projeto de Integração das Águas do São Francisco

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, assinaram ontem a Ordem de Serviço para o início da construção do Ramal do Apodi, novo trecho do projeto de integração das Águas do São Francisco que chegará ao Rio Grande do Norte. A cerimônia ocorreu em Pau dos Ferros. O ministro das Comunicações, Fábio Faria, também participou da programação. Antes, o presidente e os ministros estiveram em Jucurutu, onde Bolsonaro anunciou um repasse de mais R\$ 38,2 milhões para a conclusão das obras da Barragem de Oiticica, localizada no município. Desse total, R\$ 18 milhões são provenientes de emendas de bancada.

O Ramal do Apodi vai levar as águas do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco a 54 municípios nos estados do Rio Grande do Norte (32), Paraíba (13) e Ceará (9), beneficiando 750 mil pessoas. O investimento federal no empreendimento é de R\$ 938,5 milhões.

"Sou de uma região onde não falta água, mas consigo entender o quanto é valioso esse bem para vocês aqui da região", afirmou o presidente Jair Bolsonaro.

A destinação de água do Projeto São Francisco à Bacia do Apodi está prevista desde o ano de 2004, quando foi elaborado o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento. Mas apenas neste ano o projeto saiu do papel.

As águas do São Francisco serão transportadas a partir da estrutura de controle do Reservatório Caiçara, na Paraíba, até o Reservatório Angicos, já no Rio Grande do Norte. A vazão será de 40 m³ por segundo até o quilômetro 26, de onde deriva o Ramal do Salgado, que levará as águas para o estado do Ceará em intervenção futura.

Após essa derivação, a vazão será de 20 m³ por segundo. Toda a infraestrutura contará ain-



Presidente Jair Bolsonaro disse, no discurso em Pau dos Ferros, que "o governante precisa andar no meio do povo"



Bolsonaro afirmou que a CPI não vai conseguir retirá-lo do poder

da com três áreas de controle, 23 trechos de canais, com extensão de 96,7 quilômetros, sete aquedutos, oito rápidos e um túnel.

O Ramal do Apodi é o trecho final do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco e terá um total de 115,3 quilômetros de extensão. A previsão é que seja concluída em quatro anos.

O Rio Grande do Norte será

o estado com a maior quantidade de municípios beneficiados pelas águas do Rio São Francisco transportadas pelo Ramal do Apodi: são 32 cidades, com população estimada em 478 mil pessoas. A porta de entrada será Major Sales, de onde segue para o Rio Apodi, que banha Mossoró, segundo maior município do estado e importante polo re-

gional do Nordeste.

Durante a programação de assinatura da ordem de serviço para a obra, Jair Bolsonaro não usou máscara. Ele abraçou parte apoiadores que foram ao local para vê-lo. "Tenho a missão de ser o chefe dessa nação. E quem aceita essa missão, tem que andar no meio do povo, na alegria ou na tristeza", disse, enquanto era ovacionado pela multidão.

"Desde o começo da pandemia, abandonei o Palácio da Alvorada, com toda a 'luxúria', e fui para o meio do povo", afirmou ao tentar dizer que abandonara o "Palácio do Alvorada com todo o 'luxo' existente lá para estar entre os apoiadores.

Bolsonaro usou o discurso para criticar adversários, como o relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros e disse que nenhuma Comissão de Inquérito Parlamentar vai tirá-lo do poder.

"Um grupo de senadores, que tem a frente o Renan Calheiros,

diz que eu não dou exemplo na pandemia. Renan Calheiros, siga o meu exemplo, seja honesto e venha para o meio do povo, assim como eu faço. Não adianta inventar CPI para me tirar do poder".

Em um dos momentos em que se referiu às obras do Ramal do Apodi, Bolsonaro aproveitou para fazer referência ao General Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Governo, que integrava a comitiva, dizendo: "Dois anos e meio depois do início do nosso mandato, estamos concluindo obras por todo o Brasil. A barragem começou a ser construída antes mesmo de eu nascer. Só o General Heleno era nascido naquela época", comentou.

"General, você é um exemplo para nós. Continua 'imorrível' e 'imbroxável' também", acrescentou em referência a termos utilizados para se referir a si próprio, no dia 29 de maio data em que o País registrou fortes protestos contra ele.

Máscaras provocam polêmicas

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) retirou a máscara de uma criança que pegou no colo para tirar uma fotografia, ontem, durante agenda no Rio Grande do Norte.

Em vídeo que circula nas redes sociais, o presidente recebeu o menino vestido com camisa do Brasil de um dos apoiadores que se aglomeravam para cumprimentá-lo e, ao serem fotografados, Jair Bolsonaro retira o acessório básico para a proteção contra covid-19.

Durante cerimônia de visita técnica na barragem de Oiticica em Jucurutu, também Rio Grande do Norte, Bolsonaro pediu para que a menina Larissa Dantas, de 10 anos, também retirasse a máscara para declamar um poema em sua homenagem.

A garota, que se declarou "bolsonarista", iniciou a apresentação com a máscara, mas logo foi interrompida por Bolsonaro. Ele fez um gesto para que ela abaixasse a proteção. Larissa atendeu o pedido. Nos dois casos, Bolsonaro estava sem máscara.

Recentemente, o presidente anunciou que pediu ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga um estudo para desobrigar quem já teve covid-19 ou está imunizado contra a doença de usar o acessório. Ainda não houve resposta.

Os dois episódios repercutiram em alguns dos principais portais da imprensa nacional e nas redes sociais.

Durante visita técnica à Barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte, Bolsonaro retomou seu discurso nacionalista e repetiu que "Deus, pátria, família e bandeira verde e amarela" não existem no País "há até pouco tem-

po". O presidente voltou a atacar a imprensa, disse que não tem que dar entrevistas.



Rogério Marinho ressaltou a importância da obra do Ramal do Apodi para o desenvolvimento do RN



Fábio Faria destacou a atuação do governo federal na compra de imunizantes contra a covid-19

Rogério destaca investimento hídrico

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, destacou a importância da obra do Ramal do Apodi para o desenvolvimento das regiões do Rio Grande do Norte que serão beneficiadas pela transposição. "A obra é a maior que o Rio Grande do Norte já recebeu. Ela começa na Paraíba, passa pelo Ceará e ingressa no RN por Major Sales, vai ao reservatório de Angicos, depois Pau dos Ferros e Apodi. Também pereniza o Rio Apodi até Mossoró e resolve de uma vez por todas o problema da água tratada em 32 municípios do nosso Estado", explicou.

"Agora, teremos essencial, que é água tratada e destinação adequada de resíduos sólidos. Sem contar que a água permite a indústria e

estabelecerem em uma determinada região e gerar emprego", complementou Rogério Marinho.

"O presidente está realizando um sonho, está abraçando de verdade o Nordeste brasileiro. Esse é o maior investimento já feito no Rio Grande do Norte em toda a sua história", ressaltou o ministro Rogério Marinho.

"Essa obra vai beneficiar especialmente a região oeste do estado e quem mora aqui sabe a dificuldade que é viver sem água. A água é vida. E, por ser vida, o presidente abraça o Nordeste e nos emancipa e nos liberta, nos dando de verdade um futuro", completou o ministro do Desenvolvimento Regional.

Ontem, o presidente Jair

Bolsonaro e o ministro anunciaram, também, um repasse de mais R\$ 38,2 milhões para a conclusão das obras da Barragem de Oiticica, localizada no município de Jucurutu, no Rio Grande do Norte. Desse total, R\$ 18 milhões são provenientes de emendas de bancada.

O ministro do Desenvolvimento Regional (MDR) e o presidente também assinaram a Ordem de Serviço para a revisão do Projeto Executivo da Barragem Poço de Varas (Rio Encanto), localizada no município de Coronel João Pessoa.

O investimento federal nesta primeira etapa será de R\$ 1,07 milhão.

Fábio aponta atuação para vacinas

Ao participar da programação com o presidente Jair Bolsonaro em Pau dos Ferros, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, criticou a governadora Fátima Bezerra (PT) e destacou atuação do governo federal na compra de vacinas contra a covid-19. "Todas as doses foram compradas e aplicadas pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro. O RN tem 3,4 milhões de habitantes e hoje o presidente está completando 2 milhões de doses para o Rio Grande do Norte. Aqui está uma placa para desmascarar a governadora", comentou.

"Quem compra vacina é o Governo Federal. O Estado recebe e repassa para as prefeituras aplicarem", acrescentou.

Ainda durante o evento, o mi-

nistro disse que até outubro de 2021, redes de fibra ótica de alta velocidade serão instaladas em duas áreas do Estado para levar internet sem fio a moradores de cidades do Rio Grande do Norte.

"Uma dessas redes vai ficar pronta até agosto, que é a de Ceará-Mirim a João Câmara. A outra, de Pau dos Ferros a Mossoró, ficará pronta em outubro. Até o final deste Governo, todos os brasileiros terão acesso à internet", garantiu.

Após a programação, o ministro das Comunicações também comentou uma foto que circulou nas redes sociais ontem, tirada em Pau dos Ferros em que operários, em foto com o presidente Jair Bolsonaro, faziam a

letra "L" com as mãos. "Estavam apontando para o céu, a pedido de Bolsonaro", disse o ministro, em live nas redes sociais ao lado do chefe do Planalto, após a programação no Rio Grande do Norte. O gesto foi entendido por muitos como demonstração de apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaro ainda declarou que Lula "fica dizendo por aí" que foi inocentado. "Se delatores devolverem R\$ 3 bi, é porque os chefes roubaram muito mais que isso", disse, em referência aos escândalos de corrupção envolvendo a administração petista. Lula e Bolsonaro devem se enfrentar na disputa presidencial do ano que vem.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/gasolina-salta-para-r-6-29-em-natal/513863>

Gasolina salta para R\$ 6,29 em Natal

« MAIS CARA » Sem aviso prévio, litro da gasolina comum aumentou quase R\$ 0,40 na maioria dos postos da capital; Sindipostos credita mudança de valor à reajuste no custo do etanol nas refinarias de todo o país

CLÁUDIO OLIVEIRA
Repórter

Os motoristas que trafegam por Natal voltaram a se deparar com o aumento no preço da gasolina que, sem reajuste específico para esse combustível efetivado pela Petrobras nas refinarias, chegou a um acréscimo de R\$ 0,30 no litro. O Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo do Rio Grande do Norte (Sindipostos-RN) afirmou que não comenta a política de preços dos seus associados. Mas explicou que o atual aumento pode ser justificado porque 27% da gasolina é composto por etanol anidro, que nos últimos seis meses subiu cerca de 43%, o que impactou no preço final do litro da gasolina.

Alta semelhante foi verificada no etanol hidratado - usado em carros a álcool ou flex - cujo preço subiu 58% de janeiro deste ano até agora. Além disso, o País passa atualmente pela entressafra da cana de açúcar. Antes, os produtores priorizaram a produção de açúcar para exportação. Esse conjunto de fatores influencia na situação atual, com preços mais altos nas bombas dos postos.

Apesar da maioria desses estabelecimentos ainda manter os preços na faixa dos R\$ 5,99, nas quatro regiões da capital era possível encontrar nessa quinta-feira (24/06) postos cobrando novos preços pelo litro do combustível. Alguns, já tinham feito a mudança no dia anterior.

Quem precisa abastecer diariamente para trabalhar, diz que os consecutivos aumentos no preço dos combustíveis afetam

Quando a gente abastece R\$ 30 já percebe a diferença e isso é muito complicado pra o trabalhador que utiliza o carro todos os dias”

FRANCISCO DE ASSIS
Marceneiro

ta nas contas, inclusive por estarem ocorrendo de forma repentina. “Ontem eu ainda abasteci por menos de R\$ 6 e hoje vindo da zona Norte já encontrei por R\$ 6,29. É algo que acaba impactando nas contas no final do mês”, relatou o taxista Érico Batista, de 45 anos.

Ele ressaltou que, como as tarifas de táxis não têm sido reajustadas nos últimos anos, tem visto sobrar cada vez menos do que ganha no trabalho. “Isso porque os gastos aumentam e a tarifa permanece defasada. Dos Governos, a gente não recebe estímulo”, pontuou.

Para outros, basta viajar a outro Estado que percebe a diferença dos preços praticados. “Precisei fazer um negócio em João Pessoa/PB e a diferença que eu analisei foi de R\$ 1,50. Natal tem uma das gasolinas mais caras do país”, destacou o marceneiro Francisco de Assis ao parar para abastecer num

posto da zona Sul da capital sem ter se dado conta de que o valor estava diferente do dia anterior. “Quando a gente abastece R\$ 30 já percebe a diferença e isso é muito complicado pra o trabalhador que utiliza o carro todos os dias”, declarou o marceneiro.

No final do mês de maio os natalenses perceberam um aumento no preço dos combustíveis na hora de abastecer sem que a Petrobras tivesse modificado os valores. Saltou de R\$ 5,69 para R\$ 5,99. Quase um mês depois, o mesmo se repetiu. Não houve anúncio de reajuste para as refinarias por parte da companhia em relação à gasolina. Pelo contrário. No último dia 12 de junho, a empresa reduziu em 1,9% o valor do produto, mas o consumidor não sentiu nenhuma redução na hora de pagar para abastecer.

No dia 1º de maio, as refinarias também tiveram o preço do produto reduzido. O litro da gasolina teve uma baixa de 1,9%, enquanto o do diesel caiu 1,8%. A oscilação tem ocorrido porque o dólar fechou abaixo dos R\$ 5 nos últimos dias e o câmbio impacta na formação do preço do barril de petróleo, que é calculado com base na moeda americana. Antes disso, o reajuste anterior, que aumentou os preços, tinha ocorrido em 16 de abril, sendo de 3,7% no preço do diesel e de 1,9% no da gasolina.

Na pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP), referente ao período de 13 a 19 de junho, a média de preço em Natal continuava em R\$ 5,98 mas as informações desta semana ainda não foram atualizadas.



Custo do litro da gasolina aumentou e gerou ainda mais reclamações entre os motoristas

Etanol puxa alta, afirma Sindicato

O Sindipostos/RN informou mais uma vez que não se pronuncia sobre aumento de preços, mas da última vez que os estabelecimentos aumentaram os valores sem reajuste da Petrobras nas refinarias, a entidade pontuou que cerca de um terço do valor da gasolina se deve ao etanol, que estava sofrendo uma alta em todo o país durante o mês de maio, devido à perda de competitividade em relação à gasolina, em parte, à baixa oferta, já que a moagem da safra 2021/2022 de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil está atrasada e a expectativa é de produção menor do que na temporada anterior, além de um mix mais açucareiro, o que significa que uma parte maior da cana é destinada à produção de açúcar.

Com isso, há menos disponibilidade para a produção de etanol.

Já a Petrobras reforça em seus comunicados que, até chegar ao consumidor, são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biodiesel e etanol anidro, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis.

Na semana passada, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) arquivou denúncia para investigação do possível aumento abusivo dos preços de combustíveis nos postos da capital que havia sido solicitada pela vereadora Camila Araújo (PSD), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

Segundo o promotor Marconi Falconi, não havia elementos para subsidiar um Inquérito Cível sobre irregularidades nos preços. Por isso, a matéria foi arquivada.

A vereadora então convocou uma audiência pública na Câmara Municipal na qual o coordenador de pesquisas do Procon/Natal, Alessandro Marques, disse que o órgão tinha realizado uma pesquisa nos postos de combustíveis e identificado preços abaixo da média em diferentes regiões. “Isso já descaracteriza qualquer combinação de preços que leve a um cartel. Se fosse o caso, o Procon precisaria de um trabalho conjunto com outros órgãos de controle para conseguir comprovar numa investigação mais aprofundada”, esclareceu o pesquisador.

Ipec. Conforme pesquisa, se a eleição presidencial fosse hoje, petista venceria a disputa no 1º turno; Ciro (PDT) aparece com 7%, Doria (PSDB) com 5% e Mandetta (DEM), com 3%

Lula tem 49% das intenções de voto; Bolsonaro, 23%

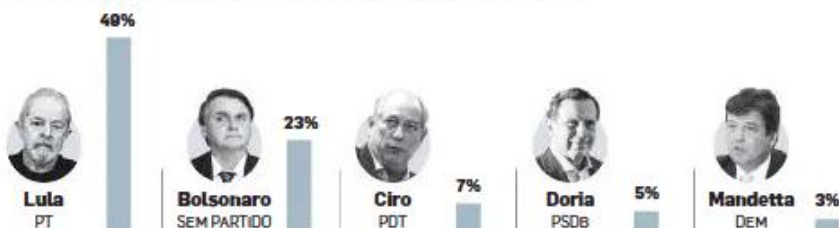
RETRATO DO MOMENTO

● Pesquisa Ipec ouviu a opinião de eleitores sobre cinco potenciais candidatos a presidente em 2022

INTENÇÃO DE VOTO

Em quem votaria para presidente se os candidatos fossem estes?

BRANCO/ NULO 10%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU 3%



POTENCIAL DE VOTO

Para cada um dos possíveis candidatos, qual destas frases descreve melhor a sua opinião sobre ele?

■ VOTARIA NELE COM CERTEZA OU PODERIA VOTAR
■ NÃO VOTARIA NELE DE JEITO NENHUM
■ NÃO CONHEÇO O SUFICIENTE/NÃO SEI

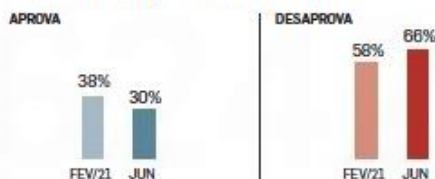


AValiação DO GOVERNO E DO PRESIDENTE

Na sua avaliação, o governo do presidente Bolsonaro está sendo:



Aprova ou desaprova a maneira como Bolsonaro está governando o Brasil?



OBS: OS PORCENTUAIS SÃO ARREDONDADOS; EM RAZÃO DISSO, NEM SEMPRE A SOMA RESULTA EM 100%

FONTE: IPEC

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Daniel Bramatti
Caio Sartori / RIO

Com 49% das intenções de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva aparece, neste momento, como favorito para a próxima disputa pelo Palácio do Planalto. Segundo pesquisa do instituto Ipec, Lula tem mais que o dobro da taxa do presidente Jair Bolsonaro (23%). Com esse desempenho, e se as eleições fossem hoje, o petista venceria no primeiro turno.

Como ainda faltam 16 meses para as eleições, e o quadro de candidatos não está definido, a pesquisa está longe de antecipar resultados. A leitura dos números, porém, deixa claro que Lula é o nome da oposição que mais se fortalece com o desgaste de Bolsonaro, cujo governo está cada vez mais mal avaliado.

Atrás dos dois primeiros na corrida eleitoral estão Ciro Gomes, do PDT, com 7%, e João Dória, do PSDB, com 5%. Luiz Henrique Mandetta (DEM), que foi ministro da Saúde no início da pandemia, até ser demitido por Bolsonaro, tem 3%.

Lula lidera em todos os segmentos do eleitorado. No recor-

te geográfico, seu principal recorde continua sendo o Nordeste, onde tem 63% das preferências, com vantagem de 48 pontos percentuais sobre Bolsonaro. A menor vantagem do petista ocorre no Sul (35% a 29%). No Sudeste, região que concentra o maior número de eleitores, o ex-presidente tem 47%, e seu principal rival, 24%.

Teto. Além de aparecer com taxa de intenção de votos superior à soma dos outros quatro potenciais candidatos testados na pesquisa, Lula teve ganho significativo em seu capital político nos últimos quatro meses.

O Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria, novo instituto da estatística Márcia Cavallari, ex-Ibope), não fez levantamentos de intenção de voto no passado. Em fevereiro e agora, porém, o instituto avaliou o potencial de votos de possíveis concorrentes ao Planalto. É esse indicador que demonstra a melhora de Lula e o recuo de Bolsonaro.

A pesquisa de potencial de votos estima o piso e o teto de cada candidato. Funciona assim: o entrevistador cita um nome de cada vez e pergunta se o eleitor votaria nele com certeza, se pode-



PARA VOCÊ

Quer ler mais notícias de Negócios? Crie sua área personalizada no aplicativo. Use o QR Code para baixar.

ria votar, se não votaria de jeito nenhum ou se não o conhece suficientemente para responder. A soma das duas primeiras respostas – “votaria com certeza” e “poderia votar” – é o potencial de votos de cada presidenciável.

Em fevereiro, Lula aparecia com potencial de conquistar 50% do eleitorado. Na época, porém, o petista estava impedido de concorrer pela Lei da Ficha Limpa, pois tinha duas condena-

● Levantamento

O Ipec entrevistou, presencialmente, 2.002 eleitores em 141 cidades, entre 17 e 21 de junho. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

ções penais proferidas por órgão colegiado. Em março, o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações e restabeleceu a elegibilidade do ex-presidente. Desde então, o teto de votos de Lula subiu: seu potencial passou de 50% para 61%, segundo o Ipec.

Esse avanço coincidiu com uma deterioração das chances eleitorais de Bolsonaro. Nos últimos quatro meses, o potencial de votos do presidente caiu de 38% para 33%, enquanto a rejeição disparou. Nada menos que 62% dos eleitores afirmam que não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum (eram 56% há quatro meses). No caso de Lula, essa taxa é de 36%.

Ciro Gomes também teve avanço em seu potencial de votos, mas em termos mais modestos: passou de 25% para 29% desde fevereiro. A rejeição ao ex-governador do Ceará caiu quatro pontos percentuais, mas segue em patamar elevado: 49% dizem que não votariam nele de jeito nenhum.

Já o potencial de votos de Dória passou de 15% para 18%. O governador de São Paulo tem como obstáculo o fato de 56% do eleitorado afirmar que jamais o escolheria como presidente.

Gilmar estende suspeição de Moro

Ministro decidiu ampliar efeitos de declaração a outros dois processos da Lava Jato envolvendo Lula, o do sítio de Atibaia e o do instituto

Rayssa Motta

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem estender os efeitos da declaração de suspeição do ex-juiz Sérgio Moro a outros dois processos da Lava Jato envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT): o do sítio de Atibaia e o da doação do terreno para sediar o Instituto Lula. A decisão individual foi tomada um dia após o plenário da Corte bater o martelo sobre a parcialidade de Moro na ação penal do triplex do Guarujá, que levou o petista à prisão por 580 dias e o deixou de fora das eleições de 2018.

Lula havia sido condenado pelo ex-juiz a 9 anos e seis meses de prisão no caso do triplex. Em seu despacho, o ministro observou que os fundamentos que levaram o Supremo a concluir pela suspeição no caso de Atibaia são compartilhados nas demais ações penais.

“Por isonomia e segurança jurídica, é dever deste Tribunal, por meio do relator do feito, estender a decisão aos casos pertinentes, quando há identidade fática e jurídica”, escreveu Gilmar Mendes na sua decisão.

Na prática, ao ampliar o alcance da declaração de suspeição, a pedido da defesa de Lula, Gilmar Mendes também coloca os demais processos de volta à estaca zero. Isso porque todas as decisões tomadas por Moro foram anuladas, incluindo sentenças, coleta de depoimentos e provas, de modo que apenas elementos probatórios juntados aos autos ficam de pé.

O efeito cascata compromete uma sentença que nem sequer foi assinada por Moro. Na ação do sítio de Atibaia, Lula havia sido condenado a 12 anos e 11 meses de prisão, por corrupção e lavagem de dinheiro, pela juíza Gabriela Hardt, que herdou o processo das mãos do ex-juiz da Lava Jato quando ele deixou a magistratura para ser ministro do governo Bolsonaro.



Efeito cascata. Decisão de Gilmar Mendes atinge até caso de sítio em Atibaia, cuja sentença não foi assinada por Sérgio Moro

Já o processo sobre as doações da Odebrecht ao Instituto Lula não chegou a ser sentenciado.

“Nos três processos, houve a persecução penal do paciente em cenário permeado pelas marcantes atuações parciais e ilegítimas do ex-juiz Sérgio Fernando Moro. Em todos os casos, a defesa arguiu a suspeição em momento oportuno e a reiterou em todas as instâncias judiciais pertinentes”, escreveu Gilmar.

Plenário. O Estadão apurou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) deve entrar com um pedido para submeter a decisão monocrática ao crivo do plenário do Supremo.

O advogado Marcelo Knopfmacher, representante dos procuradores que integraram a extinta força-tarefa da Operação Lava Jato, criticou a decisão.

● **‘Isonomia’ e segurança jurídica, é dever deste Tribunal, por meio do relator do feito, estender a decisão aos casos pertinentes, quando há identidade fática e jurídica.”**

Gilmar Mendes
MINISTRO DO STF

“Com o devido respeito, uma decisão monocrática sobre tema tão importante não prestigia o espírito de colegiado que deve prevalecer em nossos tribunais, inclusive e especialmente no STF”, afirmou.

Entre os pontos considerados pelos ministros para questionar a atuação de Moro estiveram a ordem para condução

coercitiva de Lula para ser interrogado pela Polícia Federal nos autos da Operação Aethea, 24.ª fase da Lava Jato; o grampo no escritório de advocacia de Cristiano Zanin, que defende o ex-presidente; a obstrução ao cumprimento da decisão, tomada no plantão judiciário pelo desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Rogério Favreto, que mandou soltar o petista em julho de 2018, quando ele estava preso em Curitiba e a retirada do sigilo de trechos da delação premiada do ex-ministro Antonio Palocci às vésperas das eleições de 2018.

Também foi questionado o vazamento da conversa entre Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que o nomeou como ministro chefe da Casa Civil; a assunção do cargo de Mi-

nistro da Justiça e Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro e a entrada como sócio-diretor na consultoria Alvarez & Marsal, que presta serviços para empresas condenadas na Operação Lava Jato.

Aceno. Antecorrem, após o plenário confirmar, pelo placar de 7 votos a 4, a suspeição no caso do triplex, Moro acenou aos ministros que votaram em seu favor e disse que não houve parcialidade. “Os votos dos ministros Fachin, Barroso, Marco Aurélio e Fux, não reconhecendo vícios ou parcialidade na condenação por corrupção do ex-presidente Lula, correspondem aos fatos ocorridos e ao Direito. Nunca houve qualquer restrição à defesa de Lula, cuja culpa foi reconhecida por dez juízes”, escreveu nas redes sociais.

Rivais preparam ‘superpedido’ de impeachment

Tatlo Kruse

Um grupo que reúne partidos e movimentos sociais decidiu protocolar na próxima quarta-feira um pedido unificado de impeachment que reúne acusações de ao menos 22 crimes diferentes contra o presidente Jair Bolsonaro. Chamado de “superpedido” de impeachment por alguns dos signatários, o documento foi elaborado a partir da análise dos mais de cem pedidos de impedimento que já foram protocolados na Câmara.

A iniciativa reúne um amplo espectro de partidos e figuras políticas, que vai das siglas da esquerda até ex-aliados de Bolsonaro. A primeira reunião organizada para discutir o documento contou com a participação dos deputados Joice Hasselmann (PSL-SP) e Alexandre Prota (PSDB-SP), que deixaram a base de apoio ao governo e hoje são críticos ao presidente.

A frente reúne ainda PSOL, PT, PDT, PV, Rede Sustentabilidade, Cidadania, Central de Movimentos Populares (CMP), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros. Todas essas entidades já protocolaram algum pedido de impeachment desde 2019, e o documento que será protocolado reúne todas as situações relatadas nos pedidos anteriores.

A entrega do “superpedido” à Câmara será acompanhada de uma manifestação em Brasília, na próxima quarta-feira. O ato tem como objetivo pressionar o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), a analisar o pedido. Parte dos organizadores também tem promovido os protestos nacionais contra o presidente.

Câmara abranda alcance da Ficha Limpa

Projeto reduz chance de político que teve conta rejeitada ser punido com ilegitimidade

Camila Turtelli / BRASILIA

A "pena máxima" da classe política, a inelegibilidade, não poderá mais ser aplicada àqueles que tiveram suas contas rejeitadas ao ocupar cargos públicos e foram punidos apenas com multa. É o que prevê projeto aprovado ontem pela Câmara, por 345 votos a favor e 98 contrários, que flexibiliza a Lei da Ficha Limpa. O texto segue agora para o Senado e, depois, precisa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Atualmente, são inelegíveis cidadãos que tiverem contas relacionadas a exercícios de cargos públicos rejeitadas por "irregularidade insanável" e que configurem "ato doloso de improbidade administrativa", sem qualquer ressalva ao tipo de punição aplicada. O prazo de inelegibilidade nesses casos é de oito anos, contados a partir de decisão, irrecorrível, de órgão competente.

O relatório do deputado Enrico Miasi (PV-SP) incluiu uma ressalva a esses casos para tornar

elegíveis, livres para concorrer em eleições, os que tiveram as contas rejeitadas e foram condenados apenas com multa. "Não se aplica (a inelegibilidade) aos responsáveis que tenham tido suas contas julgadas irregulares, sem imputação de débito, e sancionados exclusivamente com o pagamento de multa", diz o texto aprovado. "Ele é simplesmente uma positivação de algo que a jurisprudência já tem feito, inclusive do Tribunal Superior Eleitoral, e, mais do que isso, é uma adequação à Lei da Ficha Limpa no seu caráter genérico", disse o relator.

Na semana passada, a Câmara aprovou a flexibilização da Lei da Improbidade, que trata sobre a conduta de gestores. "Não podemos continuar afrouxando a Lei da Improbidade e garantindo a possibilidade da reeleição de administradores públicos políticos que dolosamente atentaram contra a probidade administrativa e tiveram suas contas rejeitadas, apenas porque sua pena foi de multa", criticou o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS).



Votação. Câmara aprovou projeto que flexibiliza lei ficha limpa por 345 votos a favor e 98 contra; texto segue para o Senado

● **'Jurisprudência'**
"Ele (projeto) é simplesmente uma positivação de algo que a jurisprudência já tem feito, inclusive do Tribunal Superior Eleitoral."

Enrico Miasi (PV)
DEPUTADO E RELATOR DO PROJETO

Considerada por integrantes do Ministério Público e de associações como uma brecha para a impunidade, as mudanças para a Lei da Improbidade estão agora no Senado. Para o relator do projeto de inelegibilidade, no entanto, seu texto só traz seguran-

ça jurídica ao incluir na lei um entendimento que vem sendo usado pela Justiça Eleitoral. "A aprovação do projeto representará um incremento de segurança jurídica face ao critério objetivo a ser aplicado no exame dos pedidos de registro de candidatura", justificou Miasi.

Ao contrário do que ocorreu na Lei da Improbidade, na questão da inelegibilidade o governo foi contra a aprovação do projeto. "É inconcebível aprovarmos esse projeto de lei, que torna elegível, atenção, o administrador público que teve contas rejeitadas por irregularidade grave considerada dolosa. Ele teve intenção, mas recebeu apenas a

pena de multa", afirmou o deputado Bibó Nunes (PSL-RS).

A oposição se dividiu sobre o projeto. O PT foi favorável. "Isso é diferente de uma irregularidade formal no processo. Ele vai pagar a multa. Ninguém vai anistiá-lo da multa. Mas essa irregularidade formal é diferente de dolo, de enriquecimento ilícito, de corrupção, de desvio de dinheiro, de ferir o erário público. E não pode tornar o gestor inelegível. E apenas essa questão que está sendo debatida neste momento", disse o líder do PT na Câmara, Bohn Gass (RS).

O PSOL pediu a retirada de pauta do projeto. "Sem uma precisão maior sobre a aplicação des-

sas medidas de punição a eventuais desvios dos mandatários, dos gestores públicos, isso termina gerando injustiça, generalizações, além de desestimular, sobretudo, jovens", afirmou a deputada Luiza Erundina (PSOL-SP).

Autor da proposta, o deputado Lúcio Mosquini (MDB-RO) destacou que a inelegibilidade para o político é "a pena de morte". "A pena máxima é a inelegibilidade para quem faz da política uma militância. E esse projeto tira a inelegibilidade apenas para aqueles que não cometeram ato doloso, não tem dano ao erário, não tem enriquecimento ilícito e tem apenas uma sanção de multa", observou.

PF avisa que investigação não foi solicitada

Segundo deputado, Bolsonaro disse que ia pedir apuração sobre compra da Covaxin

Wesley Gado
Luiz Roberto Pompeu | BRASÍLIA

Dirigentes da Polícia Federal relataram ao Estadão que nenhum inquérito foi aberto a pedido do presidente Jair Bolsonaro para investigar a compra da vacina indiana Covaxin. O deputado Luís Miranda (DEM-DF) afirmou ter levado ao chefe do Executivo a denúncia sobre um suposto esquema de corrupção envolvendo a aquisição do imunizante pelo governo brasileiro. Segundo o parlamentar, o presidente disse que levaria o caso à Polícia Federal.

O episódio levou o presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), a pedir informações ao diretor-geral da PF, Paulo Mairino, para saber se Bolsonaro entrou em contato para solicitar que as suspeitas de irregularidades na aquisição do imunizante indiano fossem apuradas. Como mostrou o Estadão, o governo comprou a Covaxin por preço 1.000% maior do que era anunciado seis meses antes pela própria fabricante.

O comando da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado avalia que a negociação feita pelo governo de Jair Bolsonaro para adquirir a vacina indiana Covaxin "cheira mal" e tem indícios de irregularidades. Senadores independentes e de oposição afirmam haver indícios de que Bolsonaro prevaricou no episódio, pois foi alertado sobre a suspeição no acordo e não avisou à Polícia Federal.

O colegiado vai ouvir hoje o deputado e seu irmão, o chefe de importação do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, Luís Ricardo Fernandes Miranda. Ele relatou ao Ministério Público Federal (MPF) ter sofrido pressão dentro do governo para autorizar uma fatura de aquisição de doses da vacina indiana, que estariam perto do prazo de validade e com exigência de pagamento antecipado.

O relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou que Miranda disse aos senadores da comissão que o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, saiu do cargo por não ceder ao que chamou de "esquema".



Aglomerado e sem máscara no Rio Grande do Norte

Em visita ao Rio Grande do Norte, ontem, o presidente Jair Bolsonaro voltou a causar aglomeração ao cumprimentar apoiadores, sem máscara. Durante cerimônia em

Jurucutu, Bolsonaro pediu para uma menina de 10 anos também retirar a máscara para declamar um poema. Ao discursar, afirmou que CPI da Covid não conseguirá

retirá-lo do poder e rebateu acusações do deputado federal Luís Miranda (DEM-DF). "Me acusam de tudo, até de comprar uma vacina que não chegou no Brasil", disse.

● Caminho da lei "O presidente não tem o poder investigatório, mas deveria obrigatoriamente conduzir a documentação para a PF investigar"

Antonio Gonçalves
DOUTOR EM CIÊNCIA JURÍDICA

"Na conversa com a gente, ele (Luís Miranda) diz que o Pazuello caiu porque não teve como resistir a esse esquema. Por isso foi substituído."

O senador Jorginho Mello (PL-SC), aliado do Planalto e na CPI da Covid-19, rebateu, afir-

mando que Bolsonaro comunicou a Pazuello o suposto esquema de corrupção na aquisição de vacinas. Assim, segundo Mello, teria o general prevaricado em vez do presidente.

Para especialistas ouvidos pelo Estadão, Bolsonaro pode ter cometido crimes de prevaricação e condescendência com o crime ao não solicitar que a PF apurasse suspeitas de ilicitude. A avaliação é que o presidente também pode ter cometido crime de responsabilidade - passível de abertura de processo de impeachment - por não determinar a abertura de investigação da PF. O Código Penal descreve

o crime de prevaricação como o ato de "retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício" em benefício próprio.

"O presidente da República não tem o poder investigatório, mas ele deveria obrigatoriamente conduzir a documentação para a Polícia Federal investigar", disse Antonio Gonçalves, doutor em ciência jurídica pela Universidade Nacional de La Matanza, na Argentina. Ele defende que, em última instância, a função de solicitar abertura de investigação criminal é de Bolsonaro, e não de Pazuello.

Para Matheus Felveni, doutor em direito penal pela Uni-

versidade de São Paulo (USP), Bolsonaro pode incorrer no crime de condescendência criminosa - quando um gestor público deixa de responsabilizar ou não leva à autoridade competente crime cometido por seus subordinados.

O jurista Antonio Gonçalves vai além. Segundo ele, Bolsonaro pode ter prevaricado e sido condescendente com o crime. Os especialistas julgam haver margem para que o presidente seja enquadrado na Lei 1079/1950, relativa aos crimes de responsabilidade que levam ao impeachment - caso comprovadas as omissões.

CRONOLOGIA

Negócio sai após 10 meses

● **31 de agosto de 2020**
Preço menor
Em uma espécie de "pesquisa de mercado", o embaixador do Brasil na Índia relata ao Ministério das Relações Exteriores lista de preços por dose de cada fabricante. A da AstraZeneca seria de US\$ 3 e a da Covaxin, US\$ 1,34.

● **20 de novembro**
Precisa procura Saúde
Representantes da Precisa

Medicamentos procuram o Ministério da Saúde para discutir possível compra da Covaxin.

3 de janeiro de 2021
Divida sobre eficácia
Embaixada do Brasil na Índia registra que a autoridade sanitária do país aprovou o uso emergencial das vacinas da AstraZeneca, produzida no laboratório do Instituto Serum, e da Covaxin, da Bharat Biotech. E afirma que um interlocutor da Bharat Biotech não precisou data para o fim da fase de testes clínicos e disse que uma dose da Covaxin custará "menos do

que uma garrafa de água".

8 de janeiro de 2021
Aprovadas
O presidente Jair Bolsonaro informa ao governo de Narendra Modi que Covaxin e AstraZeneca farão parte do Programa de Imunização do Brasil.

12 de janeiro de 2021
Parceria
Bharat Biotech anuncia que firmou parceria com a Precisa Medicamentos para exportação da Covaxin para o Brasil.

18 de janeiro de 2020

Tratativas
Ministério da Saúde envia ofício à Precisa Medicamentos informando querer dar início a tratativas comerciais para aquisição de lotes do imunizante.

29 de janeiro de 2021
Negociação sob controle
O então secretário executivo da Saúde Elcio Franco ordena que sejam concentradas nele todas as tratativas para negociações de imunizantes.

25 de fevereiro de 2020
Contrato assinado
Ministério assina contrato pa-

ra compra de 20 milhões de doses da Covaxin por R\$ 1,6 bilhão (US\$ 15 cada dose - R\$ 80,70 na cotação da época).

31 de março de 2021
Anvisa rejeita
Anvisa não autoriza importação da vacina Covaxin, após avaliação das informações técnicas disponíveis.

20 de abril de 2021
Novo preço
Bharat Biotech informa que houve uma expansão da produção e o preço das doses para o mercado internacional ficará

entre US\$ 15 e US\$ 20.

4 de junho de 2021
Importação
Anvisa autoriza importação emergencial de 4 milhões de doses sob algumas condições.

9 de junho de 2021
Certificado
Anvisa concede a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para a Bharat Biotech, fabricante da Covaxin. O certificado é necessário para que a vacina obtenha o registro definitivo no Brasil, mas não para seu uso emergencial.

TCU aponta 'possíveis improbidades'

Audidores veem suspeitas de irregularidades envolvendo a compra da vacina Covaxin pelo governo; contrato previa doses a US\$ 15 cada

Julia Affonso | BRASÍLIA

Audidores do Tribunal de Contas da União (TCU) encontraram suspeitas de irregularidades envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin pelo governo de Jair Bolsonaro. Relatório produzido pela área técnica da Corte de Contas apontou "possíveis improbidades" no processo de contratação de 20 milhões de doses do imunizante a R\$ 1,6 bilhão.

O Ministério Público Federal e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado também investigam o negócio. O Ministério da Saúde ainda

não pagou pelas doses, mas o valor do contrato já foi empenhado.

A análise feita pelos técnicos indicou três pontos que deverão ser avaliados pelos ministros do tribunal: 1) Não houve qualquer tentativa de negociação do preço proposto pela empresa, de US\$ 15 a dose, o mais alto entre as seis vacinas adquiridas pelo governo brasileiro até agora; 2) A falta de documentos que demonstram a busca por eventuais preços internacionais da vacina, para saber se o Brasil pagaria mais caro que outros países; 3) Uma avaliação, por parte do Ministério da Saúde, dos riscos de o contrato não ser cumprido pela contratada.

A área técnica do TCU registra que, embora haja "necessidade de atuação proativa e eficiente" do Ministério da Saúde na compra por vacinas contra a covid-19, a atuação "não pode ser feita com prejuízo da segurança, qualidade e risco/benefício da vacina a ser adquirida, o que só pode ser garantido mediante autorização do órgão técnico competente, no caso a Anvisa".

O relatório traz conclusões prévias da análise feito pela Corte de Contas, feitas no mês de março, após a assinatura do contrato entre a Precisa Medicamentos, representante no Brasil do laboratório indiano Bharat Biotech, e o Ministério da Saúde, no

● **'Negociação'**
"Não consta nenhum documento que evidencie qualquer tentativa de negociação do preço proposto pela empresa."

TCU

EM RELATÓRIO

dia 25 de fevereiro. O processo que avalia as suspeitas ainda será avaliado pelo plenário do TCU, o que não tem data para acontecer. Em audiência na quarta-feira, 23, o ministro Bruno Dantas afirmou que "as questões nebulosas que cercam esse contrato precisam ser esclarecidas".

Segundo os auditores do TCU, o próprio ministério reconheceu, em documentos internos, a necessidade de tentar negociar o valor que seria pago. Em 17 de fevereiro, o Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT) citou em nota técnica que "o valor apresentado pela empresa foi de US\$ 15,00 por dose". O setor sugeriu, no entanto, ao Departamento de Logística (DLÓG) da pasta que avaliasse "a possibilidade de realização de negociação com o fornecedor, a fim de apurar melhores preços".

"Não consta dos autos do processo administrativo nenhum

documento que evidencie qualquer tentativa de negociação do preço proposto pela empresa, ou busca por eventuais preços internacionais da vacina, em eventuais vendas para outros países", aponta o TCU.

Em outro parecer, desta vez, em 24 de fevereiro, a Advocacia-Geral da União afirmou que "não observou a existência de preços" prevista em lei e "nem mesmo a justificativa para a sua dispensa excepcional". O órgão informou, então, que era necessário que a "autoridade competente" juntasse uma manifestação para dispensar a pesquisa de preços, o que também não ocorreu.

Sintomas da covid mudam e ficam parecidos com gripe

Anteriormente, havia alerta com febre, tosse e perda de olfato ou paladar; agora, o relato é de dor de cabeça, dor de garganta e coriza

Roberta Jansen | RIO

Os sintomas da covid-19 podem variar significativamente, dependendo da variante do vírus Sars-CoV-2 responsável pela infecção, alerta estudo de King's College, de Londres, divulgado este mês. Segundo o trabalho, atualmente, dor de cabeça, dor de garganta e coriza são os sintomas mais associados à variante Delta (originalmente detectada na Índia), que já é prevalente no Reino Unido. Esses sintomas não eram comuns na primeira onda da doença, quando a predominância era da variante Alpha (do próprio Reino Unido).

No Brasil, embora não haja levantamento semelhante, médicos da linha de frente do atendimento também relatam mudança dos principais sintomas da doença apresentados no início da pandemia, quando a predominância era das variantes B.1.1.33 e B.1.1.28, e agora, em que prevalece a Gama (P1), variante de Manaus. De acordo com os relatos brasileiros, os sintomas associados à Gama são semelhantes aos da variante indiana: dor de cabeça, dor de garganta e coriza. Ou seja, algo bem parecido com um resfriado mais forte.

"A covid está diferente agora, mais parecida com um resfriado forte", resumiu o professor de Epidemiologia Genética da King's College, Tim Spector, principal autor do trabalho britânico.

"As pessoas acham que estão com um mero resfriado sazonal e continuam saindo, indo a festas. É importante que as pessoas tenham em mente que os principais sintomas relacionados à covid mudaram desde maio. Agora, o principal sintoma é dor de cabeça, seguido de dor de garganta, coriza e febre."

Até então, quando a predominância era da variante Alpha, os principais sintomas de covid, se-

gundo autoridades sanitárias britânicas eram, nessa ordem: febre, tosse e perda do olfato ou paladar. A recomendação era para quem apresentasse pelo menos um desses sintomas de ir a um teste para covid. Agora, no entanto, a variante indiana responde por 90% dos casos entre os britânicos.

O mapeamento de sintomas no Reino Unido está sendo feito desde março do ano passado por meio de um aplicativo, chamado zoe, no qual os pacientes relatam os sintomas. Já são mais de 4 milhões de relatos. Os dados analisados pelo app mostram que a tosse era o sintoma mais comum no início da pandemia, com 46% dos pacientes relatando o sintoma. Agora, foi superado por dor de cabeça (66%), dor de garganta (53%), coriza (49%) e febre (42%).

A variante indiana, já se sabe, é pelo menos 40% mais transmissível que a alfa e apresenta o dobro do risco de hospitalização. Além disso, as vacinas disponíveis são um pouco menos eficazes, particularmente após somente uma dose.

Embora praticamente todos os idosos estejam vacinados no Reino Unido, parte dos jovens adultos ainda está parcialmente vacinada ou não imunizada. No total, 2/3 das pessoas não estão ainda totalmente protegidas.

Situação no País. Um estudo feito no Brasil no ano passado listou os sintomas mais co-

No País, houve alterações também entre 1ª e 2ª onda

● Segundo o virologista Fernando Spilki, da Universidade Feevale, no Rio Grande do Sul, em termos de sintomas, o grande diferencial entre a primeira e a segunda onda da pandemia no País foi justamente o surgimento da coriza. "No ano passado, quando o paciente apresentava coriza, já podia, praticamente, descartar covid", conta Spilki. "O problema é que o indivíduo que está com uma coriza, um resfriado, tende a se expor mais, ele não vai se resguardar adequadamente."

A pneumologista Margareth Dalcolmo, da Fiocruz também notou a diferença. "Tenho visto muita gente com problemas na via aérea alta, como dor de garganta e coriza, como se fosse alguma outra virose." / R. J.



Cuidado. Profissionais da linha de frente atribuem mudanças ao surgimento das variantes

● **Fique em casa**
"A mensagem aqui é: se você é jovem e apresenta sintomas leves, parecidos com um resfriado mais forte, fique em casa e faça um teste para a covid-19."

Tim Spector

PROFESSOR DE EPIDEMIOLOGIA GENÉTICA DA KING'S COLLEGE E CRIADOR DO APLICATIVO ZOE

munos entre os brasileiros. O levantamento feito pela Universidade Federal de Pelotas (UF-Pel) envolveu 31.869 pessoas

em todos os Estados. Entre os mais citados aparecem dor de cabeça, alterações de olfato e paladar, febre, tosse e dor no corpo. No entanto, o estudo não foi refeito este ano, de forma a considerar a prevalência da Gama, de Manaus.

"O número de linhagens em circulação no País é muito grande. No último levantamento, eram mais de 3 mil linhagens", explicou a virologista Paola Cristina Resende, pesquisadora da Rede Genômica Fiocruz, que mapeia a dispersão das variantes no País. "Mas o nosso foco são as chamadas variantes

de preocupação, ou seja, aquelas com capacidade de transmissão maior, caso da P1, da B.1.7 (do Reino Unido), da B.1.1.351 (da África do Sul) e da B.1.617.2 (da Índia). A gente acredita que, na competição com outras variantes, a P1 se sai melhor e por isso ela continua predominante no Brasil." O mais importante, segundo os especialistas, é que as pessoas não se exponham e façam o teste para a covid-19 ao perceberem sintomas. Enquanto a vacinação não avançar mais, o uso da máscara e o distanciamento social são as únicas formas de proteção.

25/06/2021

Conjuntura. Em relatório divulgado ontem, o Banco Central vê 'alta relevante' dos preços industriais no curto prazo e também maior pressão das tarifas de energia elétrica, enquanto os alimentos devem ter variação 'acima do padrão sazonal tipicamente favorável'

BC já estima inflação de 5,8% e cita maior probabilidade de estourar meta

Fabrizio de Castro
 Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

O Banco Central informou ontem, ao divulgar o seu Relatório Trimestral de Inflação, que subiu de 5% para 5,8% sua estimativa de inflação para 2021 e que passou de 4,1% para 7,4% a probabilidade de a alta nos preços superar o teto da meta - de 5,25% - previsto para este ano. O BC vê uma aceleração da inflação no curto prazo, chegando a 8,5% no acumulado em 12 meses em agosto. Depois, prevê um arrefecimento até o fim do ano.

Alta nos preços de alimentos, câmbio (com reflexo para os preços industriais) e, mais recentemente, a perspectiva de aumento nas tarifas de energia elétrica, diante da seca histórica que ameaça o abastecimento, são fatores que têm impulsionado a inflação. O Boletim Focus, coletado pelo Banco Central junto a analistas de mercado, mostra que as projeções apontam alta ainda maior no fechamento do ano, de 5,90% no IPCA, índice oficial de inflação, em 2021.

Em março, o Comitê de Política Monetária (Copom) reagiu à alta de preços e começou a subir a taxa básica de juros, a Selic, que até então estava no piso histórico de 2% ao ano. Já foram três altas seguidas, e a Selic agora está em 4,25% ao ano.

O centro da meta de inflação, em 2021, é de 3,75%. Pelo sistema vigente no País, será considerada cumprida se ficar entre 2,25% e 5,25%. Ou seja, a projeção do BC já está acima do teto do sistema de metas. Se a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões que fizeram com que a inflação fugisse do

controle da instituição. Na análise divulgada ontem pelo BC, a maior crise hídrica dos últimos 91 anos atua em duas frentes: pressiona a inflação neste ano e limita o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Ontem, o BC subiu de 3,6% para 4,6% sua estimativa oficial para o crescimento da economia neste ano, embora considere o risco de escassez de energia um dos fatores que geram incerteza e que limitam a alta da atividade em 2021.

"Entre os fatores que podem diminuir a taxa de expansão, estão: risco de surgimento ou disseminação de novas variantes de preocupação do SARS-CoV-2; dificuldade para obtenção de insumos e custos elevados em algumas cadeias produtivas; e eventuais implicações da crise hídrica", informou.

A instituição avaliou, ainda, que a crise hídrica na bacia hidrográfica do Paraná pode ter implicações negativas para a geração de energia elétrica, com aumento de preços decorrente do maior acionamento de usinas termoeletricas - pressionando a inflação. "Destaca-se, ainda, como risco altista, possível elevação do custo da energia elétrica maior do que a considerada em função da situação hídrica", disse o relatório.

"O mercado coloca no cenário de inflação diversos riscos, e um deles é a questão energética", explica o economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano. Desde junho, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mantém acionada a bandeira vermelha patamar 2 no sistema elétrico. Na prática, os brasileiros estão pagando R\$ 6,24 a mais por cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.



Estouro. Números estimados pelo Banco Central estão acima do teto do sistema de metas

Para piorar, estão em discussão na agência reguladora novos valores para as bandeiras tarifárias. Pela proposta apresentada em março, no patamar 2, o mais caro do sistema, o reajuste pode chegar a 21%, passando para R\$ 7,57 a cada 100 kWh. "O risco é de termos mais inflação, e não menos", alertou Serrano.

Outro fator que ganhará importância nos próximos meses é o custo dos serviços. O Banco Central já vem alertando que, em países onde a vacinação está mais avançada, surgiu uma "euforia de consumo" entre a popu-

lação. Nos Estados Unidos, por exemplo, as pessoas passaram a alugar mais automóveis, a reservar mais hotéis e a comprar mais passagens aéreas. "Acreditamos que esta euforia da reabertura vai acontecer no Brasil também", disse no início do mês o presidente do BC, Roberto Campos Neto, durante evento virtual do JP Morgan.

"A inflação de curto prazo manteve-se pressionada, com destaque para a continuidade da alta dos preços das commodities, para a persistência do cenário de restrições de oferta de al-

guns materiais e insumos e para a deterioração do cenário hídrico, que tem rápida repercussão sobre o preço da energia elétrica mediante o acionamento de bandeiras tarifárias", disse o BC. Para a instituição, esses fatores mais do que compensaram os efeitos desinflacionários do agravamento da pandemia sobre os preços de serviços e da queda do dólar.

Para 2022 e 2023, no cenário de mercado (Selic e câmbio projetados pelas instituições financeiras), o Banco Central projeta uma inflação de, respectiva-

Para 2024, CMN confia em queda e estipula alvo de 3%

● No momento em que o Banco Central reconhece fortes chances de estourar o teto da meta de inflação em 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) segue a estratégia de reduzir o limite a ser perseguido nos próximos anos. Para 2024, o centro da meta será de 3% - podendo variar entre 1,5% e 4,5%. O indicador funciona como um norte do BC em suas decisões sobre os juros no País.

A redução é uma tentativa de mostrar compromisso com a ancoragem das expectativas para a inflação, isto é, de que ela seguirá sob controle apesar do possível estouro em 2021. Em nota, o Ministério da Economia disse que a meta de 2024 em porcentual inferior ao previsto para 2023 é "coerente com a elevada credibilidade da política monetária" (ou seja, a atuação para controlar a alta dos preços). / IDIANA TOMAZELLI E F.C.

mente, 3,5% e de 3,3%.

Impacto no juro. O relatório do Banco Central freou o movimento de elevação das projeções para o ritmo da taxa Selic, iniciado com a divulgação da ata do Copom. Pesquisa do Projeto Broadcast mostra acomodação do número de instituições que prevem aumento de 1 ponto percentual dos juros no próximo Copom. A maioria indica alta de 0,75 ponto dos juros em agosto, a 5%. / COLABORARAM CÍCERO COTRIM E GUILHERME BIANCHINI

25/06/2021

Covaxin trinca discurso de Bolsonaro, que avalia romper contrato de vacina

Planalto tenta se desvencilhar de crise mantendo fala anticorrupção e busca desqualificar irmãos Miranda, que depõem na CPI hoje

BRASÍLIA, SALVADORE JUCURUTU (RN)

A suspeita de irregularidade na negociação para a compra da vacina Covaxin trincou o discurso anticorrupção que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ostenta, apesar de investigações que têm seus filhos e ministros como alvo.

Além de tentar desqualificar os denunciantes, o Palácio do Planalto discute agora o cancelamento do contrato assinado com a Precisa Medicamentos em fevereiro para obter 20 milhões de doses da vacina indiana produzida pela Bharat Biotech.

Nesta quinta (24), em evento no Rio Grande do Norte, Bolsonaro adotou a estratê-



O presidente Jair Bolsonaro tira a máscara de criança ao posar para foto em evento no Rio Grande do Norte; leia mais na pág. A8 Fotos Reprodução

gia de negar corrupção por não ter havido qualquer pagamento à fabricante da vacina, mas não explicou o que fez em março, após ser alertado sobre supostas irregularidades no contrato de compra.

O deputado Luis Miranda (DEM-DF) e o irmão dele Luís Ricardo Fernandes Miranda, servidor do Ministério da Saúde, que levantaram as suspeitas, serão ouvidos nesta sexta (25) na CPI da Covid.

Como mostrou a coluna Painei, a Polícia Federal não encontrou registro de nenhum inquérito aberto sobre a compra da vacina, apesar das acusações repassadas pelos irmãos Miranda a Bolsonaro.

A existência de denúncias de irregularidades foi revelada pela Folha no dia 18, com a divulgação do depoimento sigiloso de Luís Ricardo Miranda, chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde.

Ele disse ao Ministério Público Federal que recebeu "pressão atípica" para agilizar a liberação da Covaxin.

No início, a apuração ocorria no curso de inquérito civil público aberto pela Procuradoria da República no Distrito Federal. Depois, o caso foi desmembrado, diante dos indícios de crimes na contratação.

O governo emitiu uma nota de empenho —autorização para os gastos— no valor de R\$ 1,61 bilhão, que corresponde ao total contratado de 20 milhões de doses (a US\$ 15 cada dose). O valor seria suficiente para a compra, por exemplo, de 28 milhões de doses da Pfizer ou da Janssen (ambas a US\$ 10 a dose).

A nota foi emitida em 22 de fevereiro. O contrato foi assinado no dia 25. Quatro meses depois, o dinheiro segue reservado, e o país não recebeu uma única dose do imunizante. Diante da crise, porém, o contrato deve ser inicialmente suspenso e, em seguida, cancelado.

Uma das possibilidades é rescindir o acordo em razão do atraso na entrega das unidades contratadas e também da falta de previsão da chegada do imunizante ao Brasil.

Outra é que não se assine o termo de compromisso exigido pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) com condições para importação de parte das doses.

As opções são debatidas com consultoria jurídica, departamento de integridade e área técnica da Saúde.

EPIDEMIOLOGISTA DIZ QUE 400 MIL MORTES PODERIAM TER SIDO EVITADAS

O epidemiologista Pedro Hallal, da UFPEL, foi ouvido na CPI da Covid nesta quinta e disse que o Brasil falhou em adotar medidas de controle da pandemia como vacinação eficiente, isolamento social e estímulo ao uso de máscaras. A sessão ouviu também Jurema Werneck, da Anistia Internacional Brasil. Eles apresentaram projeções e estudos sobre o impacto da pandemia. Hallal afirmou que, se os números de infectados e mortes no Brasil seguissem o padrão da pandemia em outros países, quatro em cada cinco mortes por Covid não teriam ocorrido. Ele elencou ainda que até 145 mil mortes poderiam ter sido evitadas com uma política rápida e eficiente. "São 95,5 mil mortes especificamente relacionadas à demora na assinatura da Pfizer e da Coronavac", disse. Jurema mostrou projeção de que houve 305 mil mortes

participaram de uma reunião no Planalto com Onyx Lorenzoni, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, para tratar das denúncias apresentadas pelos irmãos Miranda.

"Quando soube, entre diversos assuntos que esse deputado [Luís Miranda] foi tratar, o presidente falou com o ministro Pazuello para verificar. Como não tinha nada de errado, a coisa continuou", afirmou Jorginho Mello. Ele disse que o governo está reunindo documentação para provar que as denúncias são falsas.

"Todos os procedimentos serão encaminhados conforme ele [Lorenzoni] anunciou ontem [quarta]: perícia, documentos que não são verdadeiros apresentados por esse deputado, pelo irmão dele que é servidor público. Todas as perícias e encaminhamentos o próprio governo já encaminhou para todas as esferas."

Na quarta, em pronunciamento, o ministro não falou sobre que medida Bolsonaro havia tomado após receber a denúncia. Questionado pela Folha, ignorou a pergunta.

A CPI desconfiava de favorecimento para a Precisa Medicamentos, que intermediou o contrato de R\$ 1,6 bilhão. A vacina Covaxin é a mais cara das que estão no portfólio do ministério, com valor de R\$ 80 por dose, e teve seu contrato fechado em três meses —muito mais rápido que as negociações com Pfizer e Instituto Butantan, por exemplo.

O fato de o governo Bolsonaro ter reservado R\$ 1,61 bilhão para uma vacina sem perspectiva de entrega, com quebras de cláusulas contratuais, já se configura um prejuízo à saúde pública, disse à Folha a procuradora da República Luciana Loureiro, responsável pelo inquérito civil público que investigou o contrato entre Saúde e Precisa.

Desde o agravamento da crise, auxiliares de Bolsonaro se empenham em apurar o passado do deputado e do servidor para desqualificá-los.

Ao fazer a defesa do chefe na quarta-feira, Lorenzoni anunciou que Bolsonaro mandou a PF investigar os denunciadores.

O ministro afirmou que o governo pedirá um processo disciplinar contra o servidor, além de apurações sobre denunciação caluniosa, fraude processual e prevaricação.

A Secom (Secretaria Espe-

"Toda a narrativa divulgada pelo deputado, acolhida e propagada exaustivamente pela imprensa, tem como base um documento com ERROS, e que apresenta fortes indícios de ADULTERAÇÃO (será periciado)."

A sequência de tuitos continua afirmando que "por algum motivo escuso, aparentemente, um servidor ou adulterou documento ou identificou um erro que logo foi corrigido e, mesmo assim, utilizou o documento errado para criar uma narrativa mentirosa contra o presidente".

Assessores de Bolsonaro também têm procurado minimizar o impacto da denúncia na imagem anticorrupção que Bolsonaro tenta manter, apesar de a crise da Covaxin ter dividido os holofotes com o pedido de demissão de Ricardo Salles, então ministro do Meio Ambiente.

Salles é alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) por operação da PF que mira suposto favorecimento a empresários do setor de madeiras por meio da modificação de regras com o objetivo de regularizar cargas apreendidas no exterior.

Filho 01 do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) é acusado de liderar um esquema de "rachadinha" em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, levado a cabo por meio de 12 funcionários fantasmas entre 2007 e 2018.

O vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (Republicanos), 02, é investigado pelo Ministério Público do RJ sob suspeita de ter empregado funcionários fantasmas em seu primeiro mandato (iniciado em 2001) na Câmara carioca.

Também foi interrogado pela Polícia Federal no inquérito dos atos antidemocráticos, do STF, do qual são alvos assessores do Palácio do Planalto ligados ao vereador

O 03, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), é alvo de uma apuração preliminar da PGR (Procuradoria-Geral da República) sobre pagamentos em dinheiro vivo na aquisição de dois imóveis na zona sul do Rio de Janeiro entre 2011 e 2016.

Já o 04, o empresário Jair Renan, é investigado pela PF por suposto tráfico de influência por meio de sua empresa Bolsonaro Jr Eventos e Mídia,

Senadores governistas da CPI da Covid afirmaram que Bolsonaro pediu que o então ministro, general Eduardo Pazuello, verificasse as denúncias envolvendo a compra da vacina indiana assim que teve contato com os indícios.

Jorginho Mello (PL-SC) e Marcos Rogério (DEM-RO)

em excesso no Brasil, ressaltando que o dado pode estar diretamente ligado à pandemia.

cial de Comunicação da Presidência da República) divulgou uma sequência de tuítes elogiosos ao governo e com acusações aos denunciantes.

"Ao contrário do alardeado, não houve superfaturamento nem favorecimento", diz uma das mensagens publicadas nas redes sociais.

aberta em novembro. Renato Machado, Julia Chaib, Natália Cancian, Mateus Vargas, Vinicius Sassine, João Pedro Pitombo, Ricardo Martins, Daniel Carvalho e Camila Mattoso

Leia mais sobre o caso Covaxin e a viagem de Bolsonaro ao Rio Grande do Norte nas pág. A6 e A8

Para venda, empresa citou pressão e fez oferta de 1 dia

Precisa argumentou estar 'vulnerável' e chegou a dizer que OMS queria doses; farmacêutica nega vantagem

Vinicius Sassine e Mateus Vargas

BRASÍLIA Representante no Brasil da indiana Bharat Biotech, a Precisa Medicamentos pressionou o Ministério da Saúde para acelerar o contrato de compra da vacina Covaxin.

Em pelo menos três oportunidades, em 11 dias, a empresa cobrou da pasta resposta às propostas de venda. Para isso, usou em ofícios e emails argumentos no sentido de que as doses estavam na iminência de terem outros destinos. Uma das alegações era que outros países miravam as 25 milhões de doses reservadas ao Brasil. Assinado o contrato com o governo Jair Bolsonaro em tempo recorde, nenhuma dose foi entregue até agora. Houve quebra contratual, mas a parceria permanece.

Nas cobranças, a Precisa disse haver pressão da OMS para distribuir a países mais pobres as vacinas reservadas.

Em 22 de fevereiro, a farmacêutica apresentou uma oferta mais definitiva e deu apenas um dia para a resposta. Nesse ofício, há previsão de compra de mais 12 milhões de doses, após a entrega da última parcela prevista em contrato.

Os documentos fazem parte do processo administrativo interno do ministério da saúde sobre a compra da vacina. A Folha teve acesso ao processo.

O governo fechou contrato para compra da Covaxin em 25 de fevereiro, quando tentava reduzir a dependência da Coronavac, que chegou a ser chamada por Bolsonaro de "vacina chinesa do João Dória".

A reserva de R\$ 1,61 bilhão foi feita mesmo antes do aval da Anvisa, o que contrariou o discurso de Bolsonaro de só contratar vacinas com eficácia e segurança asseguradas.

O caso em torno das suspeitas da compra da Covaxin pelo governo foi revelado pela Folha na última sexta (18), com a divulgação do teor do depoimento de Luis Ricardo Miranda, chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde.

Ele disse ao MPF (Ministério Público Federal) que sofreu pressão atípica para agilizar a liberação da vacina indiana.

enviou ofício a Franco pedindo a confirmação do interesse e fez um alerta sobre um suposto assédio internacional aos lotes reservados ao Brasil.

"A Bharat Biotech vem sofrendo forte pressão de outros países e de mercado, pelo fato de reservar tal quantitativo sem uma confirmação deste ministério para o volume. O que nos causa certa vulnerabilidade, enquanto o contrato não for firmado", disse.

No dia seguinte, o coronel pediu à área técnica do ministério preparar a documentação exigida para a contratação das vacinas, em ofício urgente.

A pressa para fechar a compra é investigada pela CPI. Os parlamentares querem saber se houve tratamento diferenciado à Precisa, pois outras vacinas haviam sido rejeitadas por meses. Além disso, o preço por dose da Covaxin é o mais alto entre as contratadas.

A Precisa diz que a Bharat Biotech fixou o valor de US\$ 15 a US\$ 22 por imunizante exportado. No Brasil, o acertado foi US\$ 15 (R\$ 80,70) por dose.

A empresa voltou a cobrar uma resposta em 18 de fevereiro, quando disse que a Bharat Biotech foi "pressionada" pela OMS para que as doses reservadas ao Brasil "fossem deslocadas e fornecidas a países menos abastados".

A saída, então, seria assinar o contrato o quanto antes, segundo a Precisa.

Os documentos mostram que uma primeira versão do termo de referência, documento que baliza o contrato, foi finalizada pelo governo já em 18 de fevereiro. Ao atualizar o documento, o governo retirou a exigência de estudos de eficácia e segurança no combate à variante gama (B1), predominante no Brasil.

Nas análises internas, o governo reconheceu que eram desconhecidos os dados de eficácia e segurança, mas considerou vantajosa a compra por causa da escassez de imunizantes no mercado.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que a compra da Covaxin está sob análise da consultoria jurídica e que nenhum pagamento foi feito à empresa. O governo avalia anular o

Entenda as suspeitas na compra da vacina Covaxin

● Governo ● Fora do governo ● Outros atores

20.nov. 2020
1ª reunião
 É feita a primeira reunião técnica no Ministério da Saúde sobre a aquisição da vacina indiana Covaxin, produzida pela Bharat Biotech

6.jan
Comitiva
 Embaixador brasileiro em Nova Délhi, na Índia, recebe uma comitiva da Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas. Um dos representantes é **Francisco Maximiano, presidente da Precisa Medicamentos**. A missão visita a Bharat Biotech


8.jan
Carta ao primeiro-ministro indiano
 O presidente Jair Bolsonaro envia carta ao primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, e afirma que as vacinas da Bharat Biotech integram o programa brasileiro de imunização

18.jan
Ofício
 Ministério da Saúde envia ofício ao presidente da Precisa informando que dar início a tratativas comerciais para aquisição de lotes

25.fev
Contrato assinado
 Contrato é assinado entre o Ministério da Saúde e a Precisa para a aquisição de 20 milhões de doses

5.mar
Nova viagem
 Maximiano faz nova viagem à Índia. É recebido outra vez na Embaixada do Brasil em Nova Délhi. O empresário fala em 32 milhões de doses contratadas pelo Ministério da Saúde

20.mar
Encontro entre deputado e Bolsonaro
 O deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) afirmou ter avisado Jair Bolsonaro sobre suspeitas na negociação da vacina. No mesmo encontro, disse ter ouvido do presidente a promessa de que a PF seria acionada

31.mar

 Reprodução/Luis Miranda USA no Twitter

6.mai
Pedido rejeitado
 Anvisa rejeita pedido de importação de doses formulado pelo ministério, por falta de documentos básicos por parte da empresa responsável. No mesmo dia, um servidor de área estratégica do Ministério da Saúde presta depoimento ao MPF em que relata pressão atípica para importação das doses, inclusive com ingerência de superiores junto à Anvisa

Fim do prazo
 Acaba o prazo estipulado em contrato para a entrega dos 20 milhões de doses. Nenhuma chegou ao Brasil

Quem é quem



Francisco Maximiano
 Sócio-administrador da Precisa. É o empresário que foi à Índia para viabilizar a representação da vacina Covaxin no Brasil. Também se apresentou como representante de clínicas privadas de vacinação. Maximiano também é presidente da Global Gestão em Saúde

Precisa Medicamentos
 Empresa que assina o contrato com o Ministério da Saúde. Representa no Brasil a farmacêutica indiana Bharat Biotech



Luis Claudio Fernandes Miranda
 Integrante da base bolsonarista, disse que o governo faz uma tentativa desesperada de calar testemunhas ao acionar a Polícia Federal para investigar ele e seu irmão Luis Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde, por declarações sobre possíveis irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin



Luis Ricardo Fernandes Miranda
 Chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde. Ele relatou ao MPF, em depoimento em 31 de março revelado pela Folha, ter sofrido pressão incomum para assinar o contrato com a Precisa



Alex Lial Marinho
 Tenente-coronel do Exército, era do grupo próximo ao general Eduardo Pazuello

O que aconteceu após a revelação do caso pela Folha

Reportagem aponta pressão atípica (18.jun)

Em depoimento mantido em sigilo pelo MPF (Ministério Público Federal) e obtido pela Folha, Luis Ricardo Fernandes Miranda, chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde, afirmou ter sofrido pressão de forma atípica para tentar garantir a importação da vacina indiana Covaxin

É bem mais grave (22.jun)

Irmão do servidor do Ministério da Saúde, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) disse à Folha que o caso é "bem mais grave" do que a pressão para fechar o contrato

Menção a Bolsonaro (23.jun)

Luis Miranda afirmou ter alertado o presidente sobre os indícios de irregularidade. "No dia 20 de março fui pessoalmente, com o servidor da Saúde que é meu irmão, e levamos toda a documentação para ele"

CPI aprova depoimentos (23.jun)

Os senadores da comissão aprovaram requerimento de convite para que o servidor Luis Ricardo Miranda preste depoimento. A oitiva será nesta sexta-feira (25) e o deputado Luis Miranda também será ouvido. Os parlamentares também aprovaram requerimento de convocação (modelo no qual a presença é obrigatória) do tenente-coronel Alex Lial Marinho, que seria um dos autores da pressão em benefício da Covaxin. A CPI também decidiu pela quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Lial Marinho

Denúncia grave (23.jun)

Presidente da CPI, o senador Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que as denúncias de pressão e a possibilidade de que o presidente Jair Bolsonaro tenha conhecimento da situação talvez seja a denúncia mais grave recebida até aqui pela comissão

Bolsonaro manda PF investigar servidor e deputado (23.jun)

O presidente mandou a Polícia Federal investigar o deputado Luis Miranda e o irmão dele, Luis Ricardo Fernandes Miranda. O ministro da Secretaria-Geral, Onyx Lorenzoni, e Elcio Franco, assessor especial da Casa Civil e ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, foram escalados para fazer a defesa do presidente. Elcio é um dos 14 investigados pela CPI

Empresa diz que preço para Brasil segue tabela (23.jun)

A Precisa Medicamentos,

Irmão do servidor, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) disse nesta quarta (23) que alertou Bolsonaro, em 20 de março, sobre possíveis irregularidades na compra.

Os documentos obtidos pela reportagem revelam a maneira como Precisa e Ministério da Saúde negociaram um contrato que hoje é investigado por suspeita de crimes.

Em 11 de dezembro, o então secretário-executivo da pasta, coronel Elcio Franco, enviou ofício à Precisa e ao laboratório indiano demonstrando interesse na Covaxin.

Atual assessor da Casa Civil, Franco é um dos 14 investigados pela CPI da Covid. Ele era o braço direito do então ministro, Eduardo Pazuello.

Um mês depois, a Bharat Biotech ofereceu 12 milhões de doses, por US\$ 15 cada uma. O laboratório chegou a especificar as datas de três entregas, em janeiro, fevereiro e março.

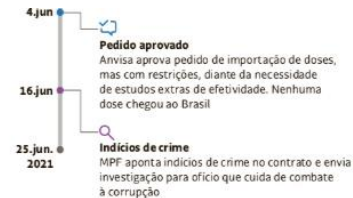
A empresa brasileira assumiu a dianteira nas tratativas seguintes, cabendo a ela definir um novo cronograma, agora para 20 milhões de doses. Em 11 de fevereiro, a Precisa

contrato com a Precisa.

A farmacêutica afirmou que foi transparente e seguiu a legislação ao negociar a Covaxin e nega ter existido qualquer vantagem ou favorecimento.

Governo foi alertado sobre alto custo antes de fechar negócio

O governo Jair Bolsonaro recebeu alerta da Embaixada do Brasil na Índia sobre o patamar elevado de preço da Covaxin um mês antes de acertar com a Precisa, intermediadora do negócio, a compra de 20 milhões de doses da vacina. O acordo é investigado pelo MPF e pela CPI da Covid. A diplomacia comunicou ao Itamaraty, em ofício ao que o UOL teve acesso, que o custo da Covaxin estava em discussão na Índia, com críticas ao governo local. O Itamaraty também alertou sobre questionamentos na opinião pública indiana em relação à autorização para uso emergencial da Covaxin.



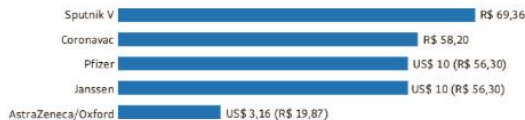
Raio-x do contrato

Valor: **R\$ 1,61 bilhão**

Doses a serem entregues: **20 milhões**

Preço de cada dose: **US\$ 15 (R\$ 80,70)**

Preço das doses de outras vacinas contratadas



no Ministério da Saúde. Indicado por ele ao cargo, Marinho foi coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde. Parte da pressão para importar a Covaxin, apesar da falta de documentos junto à Anvisa, partiu de Marinho, segundo depoimento de servidor à Procuradoria. O tenente-coronel foi demitido do ministério no último dia 8

representante no Brasil do laboratório indiano Bharat Biotech, afirmou que o preço de US\$ 15 por dose da vacina oferecido ao governo segue tabela mundial e é o mesmo praticado com outros 13 países

Governistas dizem que Bolsonaro repassou suspeitas a Pazuello (24 jun)
Senadores governistas da CPI afirmaram que o presidente pediu que Pazuello verificasse as denúncias envolvendo a compra da Covaxin assim que teve contato com os indícios

'Acusação é arma que sobra' (24 jun)
Bolsonaro fustigou integrantes da CPI, repetiu que não há suspeitas de corrupção em seu governo e afirmou que a acusação sobre a vacina é a arma que sobra aos seus opositores. "Me acusam de quase tudo, até de comprar uma vacina que não chegou no Brasil. A acusação é a arma que sobra", disse o presidente na cidade de Pau de Ferros, no Rio Grande do Norte

25/06/2021

Bolsonaro ataca CPI e diz que 'acusação é arma que sobra' no episódio Covaxin

Presidente critica Renan Calheiros e afirma que não há suspeita de corrupção no governo

João Pedro Pitombo,
Ricardo Martins
e Daniel Carvalho

SALVADOR, JUCURUTU (RN) E BRASÍLIA
Acossado pelas suspeitas em torno da compra da vacina Covaxin, o presidente Jair Bolsonaro fugiu integrantes da CPI da Covid, repetiu que não há suspeitas de corrupção no governo e afirmou que a acusação sobre o imunizante indiano é a arma que sobra a seus opositores.

"Me acusam de quase tudo, até de comprar uma vacina que não chegou no Brasil. A acusação é a arma que sobra", disse ele nesta quinta (24), em Pau de Ferros (RN).

Repetindo o roteiro do discurso que fizera mais cedo em Jucurutu (RN), o presidente voltou a afirmar que não há suspeitas de corrupção em seu governo: "As poucas acusações que ocorrem são mentiras, são fake news".

À noite, Bolsonaro usou sua live semanal para voltar ao assunto. Ele disse que não entraria em detalhes por se tratar de "uma coisa tão ridícula".

"Está essa onda toda aí que 'agora pegamos o governo Bolsonaro! Corrupto! Negociando vacina com 1.000% de sobrepreço!", afirmou.

O presidente disse que esteve com o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) — que apontou as suspeitas junto com o irmão, servidor do Ministério da Saúde —, mas que ele "não falou nada de corrupção em andamento" e que agora "ele deve falar isso para desgastar o governo".

"Vai ser apurado. Com toda certeza quem buscou armar isso daí vai se dar mal", disse.

No Rio Grande do Norte, o presidente atacou a CPI da Covid e seu relator, o senador Renan Calheiros (MDB-AL). "Não adianta inventarem CPI pra querer me tirar do poder. Sete senadores, tendo à frente Renan Calheiros, dizem que eu não dou bom exemplo por questão da pandemia. Renan Calheiros, siga meu exemplo: seja honesto".

Mais cedo, em Jucurutu, ele já havia falado indiretamente das suspeitas relacionadas à compra da vacina Covaxin. "Não adianta inventar vacina, porque não recebemos uma dose sequer dessa que entrou na ordem do dia da im-



EM FOTO COM BOLSONARO, OPERÁRIOS FAZEM L COM OS DEDOS E INTERNET ASSOCIA A LULA

A foto dos operários com o presidente em Jucurutu (RN), todos sem máscaras, foi publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, circulou nas redes e foi interpretada como apoio a Lula (PT); após a repercussão, a pasta apagou a imagem. O gesto também poderia significar uma 'arma' para o alto, símbolo que é marca de Bolsonaro; integrante da comitiva presidencial disse à coluna Mônica Bergamo que os trabalhadores estariam apontando para o céu

Ministério do Desenvolvimento Regional no Instagram

“

Eu não tenho que dar entrevista. Eu não tenho que responder perguntas de muitos idiotas, que o tempo todo só vêm debaixo na gente

“

Me acusam de quase tudo, até de comprar uma vacina que não chegou no Brasil. A acusação é a arma que sobra

Jair Bolsonaro
presidente

prensa ontem. Nós temos um compromisso. Se algo estiver errado, apuraremos."

O presidente também voltou a defender o voto impresso, afirmando que, caso fosse aprovado pelo Congresso, já seria uma realidade nas eleições presidenciais de 2022. Ele disse que em seu governo não há espaço para a corrupção, "para tristeza de uns poucos".

"Eu não tenho que dar entrevista. Eu não tenho que responder perguntas de muitos idiotas, que o tempo todo só vêm debaixo na gente. Não estou livre de errar, mas tenho humildade suficiente pra reconhecer, tudo isso aconteceu."

O presidente visitou Jucurutu para participar de visita técnica à barragem de Oiticica, que, quando estiver pronta, atenderá 330 mil pessoas.

Em Pau dos Ferros, esteve na assinatura da ordem de serviço do ramal do Apodi, canal que levará água da transposição do rio São Francisco até o Rio Grande do Norte.

Nos dois eventos, estava com os ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Fábio Faria (Comunicações) — os três não usaram máscaras contra a Covid-19.

As suspeitas envolvendo a compra da vacina Covaxin

atingiram o Planalto com o relato de que Bolsonaro foi alertado há mais de três meses de indícios de irregularidades.

O surgimento de novos fatos resultou em nova linha de investigação da CPI da Covid.

O presidente pediu para que a PF investigue os irmãos Miranda, autores das acusações.

Presidente incentiva criança a tirar máscara em evento

Em visita ao Rio Grande do Norte nesta quinta, o presidente Jair Bolsonaro abaixou a máscara de uma criança de colo e também incentivou uma menina de 10 anos a retirar a proteção facial durante um ato oficial do governo.

O primeiro caso aconteceu enquanto o presidente cumprimentava apoiadores. Ele recebeu, por cima da grade de proteção, uma criança vestida com a camisa da seleção brasileira e a carregou no colo.

Antes de posar para fotos, ele retirou dela a máscara de proteção contra a Covid-19.

O outro caso aconteceu na solenidade de vistoria da Barragem de Oiticica. Uma meni-

na de 10 anos subiu ao palco para recitar uma poesia em homenagem ao presidente.

Assim que começou a falar, ainda de máscara, a criança foi incentivada pelo presidente, por meio de gestos, a retirar o equipamento. Ela atendeu ao pedido e foi então cumprimentada pelo presidente com um sinal de positivo.

No início do mês, Bolsonaro anunciou que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, estava preparando um "parecer visando desobrigar" o uso de máscara por pessoas imunizadas contra a Covid, por meio da vacina, ou que tenham sido infectadas pelo vírus.

À noite, na live, ele falou contra o uso de máscaras por crianças pequenas, porque, segundo o mandatário, elas respirariam pela boca.

Citando sua mãe e seus avós, disse que criança que respira pela boca tem problemas. Ao fim, disse que, caso tenha passado alguma informação incorreta, se desculparia apenas na semana que vem.

"Pergunte para o seu médico se isso é saudável ou não. Procure puxar a máscara e ver se ela está respirando pela boca ou pelo nariz. Se eu estiver errado, semana que vem eu me desculpo aqui, tá?"

25/06/2021

Reforma prevê blindar políticos que espalham fake news em ano de eleição

Texto discutido na Câmara proíbe plataformas de removerem perfis de candidatos e partidos

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O texto da reforma eleitoral apresentado nesta semana na Câmara dos Deputados prevê blindagem para candidatos que espalham fake news e responsabiliza plataformas de internet por conteúdo publicado por terceiros.

A proposta, divulgada pela relatora, Margarete Coelho (PP-PI), proíbe banimento, cancelamento ou suspensão de perfil ou conta de candidato no período eleitoral.

A ideia é semelhante a lei aprovada no estado americano da Flórida pelo governador Ron de Santis, apoiador do ex-presidente Donald Trump —banido do Twitter e suspensão de Facebook e YouTube.

Após muitas críticas, foi retirado da proposta na Câmara um parágrafo determinando que as plataformas só poderiam remover conteúdos publicados em perfis de candidatos, partidos e coligações mediante medida judicial ou com notificação dos responsáveis 24 horas antes.

Isso impossibilitava as plataformas de usarem suas regras para remover ou rotular conteúdos que questionem a integridade do pleito, incitem à violência ou promovam supressão de votos, caso sejam de autoria de candidatos.

“O texto restringe o banimento de perfis de candidatos durante o processo eleitoral, o que parece razoável”, afirma Margarete à Folha. Ela diz que a proposta não impede as plataformas de moderarem conteúdo que viole suas regras.

“O que fizemos foi exigir que as plataformas apresentem, antes do início do período eleitoral, suas políticas e critérios de moderação, para que os candidatos e o próprio eleitor tenham clareza sobre o que pode e o que não pode.”

A proposta prevê que os órgãos de direção nacional dos partidos políticos poderão impugnar, perante o TSE, regras de moderação de conteúdo que impliquem “restrição indevida de direitos e garantias de cunho político”. E determina que as publicações devem ser restauradas caso a remoção esteja em desacordo com a legislação eleitoral.

O presidente Jair Bolsonaro e seus aliados tiveram diversas postagens removidas ou rotuladas nas redes. Eles pregam um maior controle sobre as plataformas de internet, que



A deputada federal Margarete Coelho (PP-PI) Pedro Ladeira - 4.mai.21/Folhapress

“Se [candidatos] agirem em desacordo com as políticas de cada plataforma, elas podem fazer a moderação de conteúdo, como hoje; apenas teremos mais clareza sobre como essa engrenagem funciona, para que erros possam ser corrigidos judicialmente”

Margarete Coelho
relatora da proposta

acusam de fazer censura contra políticos de direita.

Em maio, veio a público a minuta de um decreto presidencial que proíbe as redes sociais de suspenderem contas, removerem ou rotularem conteúdo sem autorização judicial prévia, a não ser em situações específicas.

“Essa blindagem é perigosa, afasta qualquer possibilidade de moderação, criando

um supercidadão digital político, que tem mais direitos que qualquer um na internet”, afirma Diogo Rais, professor da Universidade Mackenzie.

A restrição à possibilidade de moderação não é o único recuo das plataformas.

O artigo 568, por exemplo, determina que “o provedor de aplicação será considerado responsável pela divulgação da propaganda e a publicação for comprovadamente de seu prévio conhecimento”.

Para especialistas e empresas, o texto subverte o Marco Civil da Internet, que prevê responsabilização das plataformas apenas se mantiverem algum conteúdo mesmo após ordem judicial. Eles também apontam que o termo “prévio conhecimento” é vago.

Segundo Francisco Brito Cruz, do Internet Lab, isso pode levar as plataformas a removerem muito conteúdo, restringindo a liberdade de expressão, por terem se responsabilizadas.

Para Margarete, a responsabilização é justa. “Se elas analisam previamente o conteúdo do que é publicado em suas plataformas, é de se esperar que respondam pela omissão na aplicação de suas diretrizes”, diz. “O árbitro não pode mudar as regras durante o jogo e sobretudo não pode beneficiar determinados grupos.”

A proposta de reforma ain-

da obriga as empresas a moderar conteúdo em ano de eleição quando houver “fatos sabidamente inverídicos” em relação ao processo ou pleito e a pré-candidatos, candidatos e partidos, quando “obtiver alcance significativo perante o eleitorado” e for provocado “por interessado ou usuário”.

A atuação de agências de checagem é tolhida no texto, que determina que elas devem “retirar, retificar ou fazer adição de informações para fins de correção fidedigna dos fatos se comprovadas falhas”.

Segundo Margarete, a Justiça Eleitoral é que fará a verificação das informações sobre os responsáveis técnicos e fontes de financiamento das agências de checagem, bem como determinará a correção de informações.

Alguns pontos do texto foram elogiados por especialistas. A reforma veda a contratação de serviços para maior disseminação de mensagens, como disparos em massa, e utilização de bancos de dados pessoais obtidos por dever profissional ou empresarial.

O texto deve ser apresentado aos líderes na semana que vem e, depois, irá para discussão com as bancadas. “Nossa expectativa é que possamos aprovar em plenário neste ano”, diz a relatora. Para vigorar em 2022, a lei precisa ser aprovada até outubro.

Horário eleitoral deve ser proporcional para negros, propõe FGV

SÃO PAULO Dividir o tempo do horário eleitoral de forma proporcional a quantidade de candidaturas de pessoas negras e divulgar a composição racial e de gênero de filiados e diretórios de partidos são algumas das propostas lançadas pela FGV em documento apresentado nesta quinta (24).

A nota técnica, que será enviada ao TSE, contém resoluções e análises sobre violência política e questões que influenciam no processo de candidaturas de pessoas trans e negras no país. Também traz também a avaliação de que cabe às siglas promover e incentivar a participação de pessoas autodeclaradas transgênero.

O texto foi elaborado pela Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP, em parceria com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais e a Coalizão Negra por Direitos, com apoio do escritório MAMG Advogados.

A proposta inclui diretrizes e procedimentos a serem seguidos pelos partidos e pelo TSE com o fim de fomentar a equidade das candidaturas de travestis, mulheres e homens transexuais e demais pessoas autodeclaradas transgênero.

“Ao somar o conhecimento de dentro da universidade com o de pessoas negras e trans que estão na política e no ativismo, procuramos tornar visível o que em geral fica apagado: as violências e as ausências no poder político que em sua maioria é masculino, branco, hétero, cisgênero”, diz Thiago Amparo, professor da FGV.

Segundo ele, a nota aprofunda a análise sobre os obstáculos legais e políticos a essas candidaturas, propondo formas de endereçá-los dentro dos partidos, da Justiça Eleitoral e da sociedade em geral.

“Trabalhar com a mão na massa, pensando soluções para problemas reais, é gratificante para os alunos e alunas e usa as ferramentas jurídicas pra mudança social”.

Em 2020, estreia da regra de distribuição de forma proporcional da verba pública de campanha entre brancos e negros, ocorreu um avanço na eleição para prefeitos, mas o desempenho está longe de refletir o retrato da população. **Taygura Ribeiro**

Gilmar estende suspeição de Moro para todos os processos contra Lula

Atos do magistrado ficam anulados, e os casos envolvendo o ex-presidente voltam à estaca zero

Mônica Bergamo

SÃO PAULO O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu a extensão da suspeição de Sérgio Moro para os outros dois processos em que o ex-juiz atuou contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na 13ª Vara Federal de Curitiba —o caso do sítio de Atibaia e o da compra de um imóvel para o Instituto Lula.

Ele atendeu nesta quinta-feira (24) a um pedido dos advogados do petista para que todos os atos decisórios do ex-magistrado nessas ações fossem considerados nulos. Moro já tinha sido considerado suspeito no caso do triplex de Guarujá —decisão confirmada na última quarta-feira (23) pelo plenário do STF. Os defensores argumentavam que, por isso, todos os outros processos estariam “contaminados” pela ação de Moro, já que a suspeição era dele em relação a Lula —em todos os casos analisados.

Com a decisão, os processos voltam à estaca zero.

Nenhuma das documentações levantadas ou depoimentos tomados podem ser reaproveitados em qualquer outra jurisdição.

O ministro Edson Fachin já tinha anulado em março as sentenças contra Lula em todos os processos em Curitiba por entender que eles não deveriam ter tramitado no Paraná. Mas havia dúvida sobre se os atos processuais poderiam ser reaproveitados em outras varas de Justiça.

Em seu despacho, Gilmar afirmou que Lula foi processado nas três ocasiões em um “cenário permeado pelas marcantes atuações parciais e ilegítimas do ex-juiz Sérgio Fernando Moro”.

Ele disse que a defesa “arquiou a suspeição em momento oportuno” e os fatos que levaram à suspeição de Moro no caso do triplex “são compartilhados em todas as ações penais, como os abusos em conduções coercitivas e na decretação de interceptações telefônicas”.



Advogados de Lula entregam a ele a certidão do julgamento que confirmou a parcialidade de Sérgio Moro. Ricardo Stuckert/Divulgação

“**Lula foi processado em um cenário permeado pelas marcantes atuações parciais e ilegítimas do ex-juiz Sérgio Fernando Moro. [Os fatos que levaram à suspeição de Moro no caso do triplex] são compartilhados em todas as ações penais, como os abusos em conduções coercitivas e na decretação de interceptações telefônicas**”

Gilmar Mendes
ministro do STF

Gilmar determinou ainda que a anulação inclua “os atos praticados na fase processual”. Os processos que tramitaram no Paraná se baseavam em provas colhidas em buscas que tinham sido autorizadas por Moro em 2016, no âmbito da Lava Jato.

O ministro cita também em sua decisão o levantamento do sigilo da delação premiada do ex-ministro Antônio Palocci Filho “com finalidades eleitorais em meio ao pleito em curso naquele momento [a eleição presidencial de 2018], entre outros”.

O conteúdo da delação foi explorado contra o PT na campanha eleitoral. Depois da vitória de Jair Bolsonaro, Moro aceitou o convite dele para ser ministro da Justiça. O ex-juiz rompeu com o presidente em abril de 2020 e deixou o cargo.

No caso do sítio de Atibaia, Lula já tinha sido condenado em segunda instância a 17 anos e um mês de prisão

por corrupção e lavagem de dinheiro em decorrência de obras feitas por empreiteiras na propriedade rural que ele costumava frequentar.

Em primeira instância, a sentença não tinha sido expedida por Moro, e sim pela juíza substituta Gabriela Hardt, em fevereiro de 2019. O ex-juiz, porém, deu início a esse processo e conduziu os depoimentos.

Já o caso do terreno comprado pela Odebrecht em São Paulo nunca chegou a ser sentenciado. Moro também foi responsável por abrir a ação penal e tomou depoimento de Lula nesse processo em setembro de 2017.

Há uma quarta ação aberta após denúncia da força-tarefa da Lava Jato que também foi retirada do Paraná.

Esse processo, de responsabilidade do juiz Luiz Bonat, que substituiu Moro à frente dos casos da operação, foi aberto no ano passado e ainda estava em suas etapas iniciais.

Abordava doações da Odebrecht feitas para o instituto do petista entre 2013 e 2014.

Em nota, a defesa de Lula afirmou que a decisão de Gilmar “confere a amplitude necessária à suspeição do ex-juiz Sérgio Moro que foi consolidada pelos recentes julgamentos do Supremo”.

“Com essa extensão, que atende ao pedido que formulamos, todos os processos em que o ex-juiz Sérgio Moro atuou envolvendo o ex-presidente Lula estão maculados pela nulidade irremediável —de forma que nenhum ato poderá ser reaproveitado em qualquer instância”.

Na quarta-feira, após a decisão do plenário do Supremo, Moro afirmou em rede social que os votos dos quatro ministros que rejeitaram o pedido do ex-presidente “correspondem aos fatos ocorridos”.

“Nunca houve qualquer restrição à defesa de Lula, cuja culpa foi reconhecida por dez juizes”, disse ele, em referên-

cia ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e ao Superior Tribunal de Justiça.

Procurado pela reportagem, o Ministério Público Federal no Paraná informou que não iria se manifestar a respeito do assunto.

Por causa de uma das sentenças que acabaram anuladas em março, Lula ficou preso por um ano e sete meses, entre 2018 e 2019.

Ele só deixou a cadeia quando o Supremo decidiu barrar a possibilidade de prisão de réus que ainda possuíam recursos pendentes contra as suas condenações.

A anulação das condenações em março deste ano devolveu ao petista seus direitos políticos, possibilitando que ele dispute a eleição presidencial de 2022. A candidatura de 2018 acabou enquadrada na Lei da Ficha Limpa.

Pelo ritmo de tramitação de seus casos pendentes, é improvável que ele volte a ser barrado antes da eleição do próximo ano. Para isso acontecer, precisaria haver uma condenação confirmada em segunda instância.

Pesquisa do Datafolha feita em maio deste ano apontou que o petista lidera a disputa presidencial com 41% das intenções de voto no primeiro turno, ante 23% do presidente Jair Bolsonaro, que está sem partido.

Em eventual segundo turno, Lula também vence o atual presidente, por 55% das intenções de voto contra 32%, de acordo com o instituto.

Na última segunda-feira (21), Lula conquistou outra vitória na Justiça, com a absolvição, por um juiz federal do DF, em processo da Operação Zelotes que tramitava desde 2017.

Nessa ação penal, Lula e seu ex-auxiliar Gilberto Carvalho eram acusados de favorecer montadoras, por meio da edição de uma medida provisória em 2009, em troca de pagamentos para o PT.

O próprio Ministério Público Federal, responsável pela denúncia, já havia concluído que não havia elementos para uma condenação.

Entre os casos em tramitação no DF, esse era o que estava em estado mais adiantado. Lula também é réu em outro caso da Zelotes, aberto em 2016 e ainda não julgado.

O ex-presidente permanece réu em uma ação penal na Justiça Federal em São Paulo, que trata de negócios de uma construtora em Guiné Equatorial, na África.

Colaborou Felipe Bächtold, de São Paulo

25/06/2021

Governo mira R\$ 9 bi do Bolsa Família para turbinar área social antes da eleição

Sobra de recursos do programa seria remanejada para compra de leite, cestas básicas e cisternas

Fábio Pupo e
Thiago Resende

BRASÍLIA O governo estuda elevar em ao menos R\$ 9 bilhões os recursos destinados a iniciativas na área social com o remanejamento do dinheiro não usado pelo Bolsa Família em 2021.

A "sobra" de recursos foi gerada após o programa ter sido substituído pelo auxílio emergencial nos últimos meses na maior parte dos lares beneficiados. Agora, os ministérios da Cidadania e da Economia analisam a possibilidade de aproveitar os recursos disponíveis às vésperas do calendário eleitoral.

A proposta capitaneada pela pasta da Cidadania é direcionar o dinheiro a ações como a compra de cisternas para a população do semiárido (clima que abrange a maior parte do Nordeste), a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar e a distribuição de leite e cestas básicas à população de baixa renda. O ministério propõe nas discussões que, do total em análise para o remanejamento, mais de R\$ 4 bilhões sejam usados para comprar e distribuir alimentos, principalmente via Programa de Aquisição de Alimentos (o PAA).

A proposta geraria um impulso aproximado de R\$ 2 bilhões na verba do PAA, que já havia subido de aproximadamente R\$ 180 milhões no ano passado para R\$ 230 milhões em 2021 após articulação da

pasta por mais dinheiro.

Criado no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (em 2003), o PAA prevê a compra de produtos da agricultura familiar para destinar a pessoas em situação de insegurança alimentar.

Do total destinado ao PAA, uma fatia de pouco mais de R\$ 1 bilhão seria reservada para a compra e distribuição de leite pelo país. A iniciativa atende hoje principalmente os estados do Nordeste, mas o governo quer expandir o programa a outras regiões.

Já para a compra de cisternas, a proposta é remanejar R\$ 2 bilhões. Nesse caso, o objetivo do governo é atender ao menos parte da população sem acesso à água — nas contas do governo, são cerca de 1,4 milhão de famílias.

Outros R\$ 3 bilhões seriam destinados à rede de assistência social, por meio de unidades de acolhimento de pessoas vulneráveis pelo país.

A proposta ainda não reúne consenso no governo. Membros da equipe econômica ouvidos pela Folha apontam que a possibilidade de usar a "sobra" do Bolsa Família já foi debatida no ano passado, gerou controvérsias e tem limitações.

Isso porque, como a existência de recursos é uma situação recente e surgida durante a pandemia do novo coronavírus, não há uma previsão legal clara sobre como usá-los. Em meio ao vácuo jurídico, decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) de agos-

14,7 milhões

De famílias estão no Bolsa Família (dados de junho)

9,7 milhões

de Famílias do Bolsa Família migraram para o auxílio emergencial

R\$ 44 bilhões

É o orçamento do auxílio emergencial em 2021 até agora

R\$ 34,8 bi

É o orçamento do Bolsa Família em 2021

R\$ 9,4 bi

É a sobra de recursos no Bolsa Família até agora

R\$ 13 bi

É a sobra potencial de recursos do Bolsa Família em 2021

Fonte: Ministérios da Cidadania e da Economia

to de 2020 determinou que a economia de recursos com o Bolsa Família deve ser usada no mesmo tipo de despesa — no caso, a assistência social.

A aquisição de alimentos, por exemplo, entra em outra classificação orçamentária — o abastecimento. Por isso, ainda há dúvidas no governo sobre a viabilidade de o plano ir adiante nesse formato sem questionamentos.

Para dar mais segurança jurídica ao plano, o governo estuda até uma alteração na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de modo a autorizar expressamente o remanejamento de recursos do Ministério da Cidadania em 2021 por ato do Poder Executivo.

A proposta defendida pela Cidadania até agora não direciona os recursos ao próprio Bolsa Família, que tem uma fila de espera de 1,2 milhão de cadastrados. São famílias que preenchem os requisitos para a transferência de renda de combate à pobreza e extrema pobreza, mas que ainda esperam para entrar no programa.

Como a Folha mostrou em junho, mais de 400 mil famílias que estão nessa fila ficam sem o auxílio emergencial em 2021. Portanto, estão sem assistência social durante a pandemia.

A falta de amparo a essas famílias contrasta com o cenário traçado pelo governo de sobra de recursos para o auxílio emergencial, além do espaço na verba do Bolsa Família.

Neste ano, o governo tem

deixado de usar dinheiro do Bolsa Família quando os beneficiários optam pelo auxílio emergencial (em caso de valor mais vantajoso).

Segundo técnicos do Ministério da Cidadania, isso pode dar uma folga até maior que os R\$ 9,4 bilhões. É possível que o número chegue a cerca de R\$ 13 bilhões por causa da prorrogação do auxílio emergencial a ser anunciada pelo governo.

Hoje, quase 10 milhões de famílias — de um total de 14,7 milhões — estão recebendo o auxílio emergencial, por ser mais vantajoso.

O professor Marcelo Neri, do FGV Social (Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas), afirma que a proposta em discussão demonstra um improviso do governo na discussão de políticas públicas em meio a um ciclo eleitoral que se aproxima de forma acelerada.

Para ele, o destino acerca da sobra do Bolsa Família deveria estar previsto desde o começo do ano. "Essa sobra de caixa eu não entendo. Tem um certo improviso nesse sentido, com falta de conhecimento e com decisões intempestivas."

Neri enxerga a proposta como mais um elemento de instabilidade nas ações sociais do governo. O principal exemplo citado por ele é o auxílio emergencial, que foi mudado de valor em diferentes ocasiões e chegou a ser interrompido por três meses em 2021.

Para ele, o governo demons-

tra se distanciar do discurso de austeridade enquanto se aproxima de uma agenda social "sem conhecimento de causa". "Coisa ruim é usar o Estado para o ciclo eleitoral. Mas fazer de maneira atabalhoada é ainda pior", diz.

Procurado, o Ministério da Cidadania afirmou em nota que a proposta de uso do saldo do Bolsa Família surgiu levando em conta o cenário de pandemia e que as consequências da crise sanitária vão além da situação atendida pelos programas de transferência de renda.

"Os efeitos da pandemia afetam áreas que vão além das políticas diretas de transferência de renda. O remanejamento poderá promover o incremento de recursos em áreas com alto impacto nas condições de vida das famílias que mais precisam", afirma a Cidadania.

A pasta afirma que os programas a serem contemplados, como os de cisternas e de aquisição de alimentos, "promovem a garantia de direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, favorecem a retomada da atividade econômica".

A folga no orçamento do Bolsa Família pode aliviar a pressão para que o governo apresente uma proposta de reformulação do programa neste ano. De qualquer forma, a partir de 2022 a fonte de financiamento precisa ser permanente, o que tem atrasado o andamento do projeto.

O novo programa ainda está em elaboração. Bolsonaro prometeu um aumento do benefício médio dos atuais R\$ 190 mensais para R\$ 300. A equipe econômica estava trabalhando com o patamar de R\$ 250, que fora mencionado pelo presidente no fim de abril.

A tendência é que o valor fique abaixo de R\$ 300. As simulações agora preveem que a cobertura subirá de 14,7 milhões para 17 milhões de famílias.

Bancos internacionais veem dólar a R\$ 4,50 sustentado por commodities

Cenário, diz relatório do IIF, é 'conservador', o que indica que real pode se valorizar ainda mais

Fernando Canzian

SÃO PAULO Os principais bancos globais apostam em uma valorização do real ainda mais acentuada nos próximos meses e consideram a moeda cotada a R\$ 4,50 por dólar um valor "conservador". A divisa dos EUA fechou esta quinta (24) cotada a R\$ 4,91 — ou seja, ainda haveria espaço para uma desvalorização de 8%. Em suas previsões, o Brasil caminha para ter o melhor resultado em suas contas externas desde o biênio 2003/2004 — o que favorece a apreciação do real. Em novo relatório divulgado nesta quinta, o IIF (Institute of International Finance), que reúne 450 bancos e fundos de investimentos de 70 países, sustenta que a valorização das commodities exportadas pelo Brasil é de tal proporção que afasta até o temor de descontrole das contas públicas. Nesse cenário, o governo também tende a arrecadar mais com a atividade em geral e os negócios de exportadores. O IIF afirma que diferentes narrativas vinham empurrando o real para baixo até recentemente. Primeiro, o fato de a pandemia da Covid-19 ter derrubado os preços e a demanda por matérias-primas no mundo todo, diminuindo a entrada de dólares no Brasil. Depois, quando as commodities começaram a se recuperar, era a frágil situação fiscal brasileira — e a necessidade de mais gastos para estimular a economia — o motivo para as incertezas e a fraqueza do real. "Somos céticos em relação a essas narrativas. O aumento dos preços das commodities desde o anúncio das vacinas contra a Covid, em novembro, foi considerável, elevando substancialmente os termos de troca [a favor do Brasil]", afirma o relatório. "Como resultado, qualquer prêmio de risco [no câmbio] relacionado ao estímulo fiscal teria que ser irrealisticamente grande para justificar os níveis atuais [de desvalorização] do real brasileiro. Vemos como conservador um valor de R\$ 4,50", diz o IIF, sugerindo que a moeda pode ser cotada abaixo disso. Termos de troca é como se define a relação entre os preços das exportações de um país e das importações que realiza. Quando há melhora nos termos de troca, ocorre um aumento da renda real, o

que permite aos agentes econômicos, por exemplo, importar mais produtos com o mesmo valor de suas exportações. No ciclo de commodities anterior, a partir de 2003/2004, foram os termos de troca que impulsionaram o aumento da renda real do Brasil e a realização, pelo setor privado, de mais investimentos a partir de máquinas e equipamentos importados, por exemplo. O IIF projeta que o Brasil poderá alcançar nos próximos meses um superávit em conta-corrente (nas transações com o resto do mundo) equivalente a 2% do PIB (Produto Interno Bruto) em razão da alta das commodities e da melhora nos termos de troca. "A combinação de elevados termos de troca e um real depreciado [barato em relação ao dólar] está impulsionando o resultado da conta-corrente do Brasil, que em abril registrou superávit recorde", afirma o IIF. Na prática, isso significa que mais dólares devem entrar no país — daí a previsão de queda do ante o real.

Moeda cai a R\$ 4,91, e analistas sugerem janela para compra

FOLHAINVEST

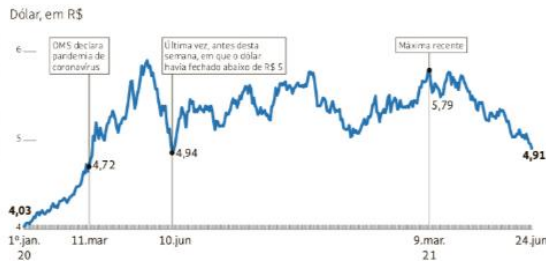
Júlia Moura

SÃO PAULO O dólar caiu mais 1,88% nesta quinta (24), no quarto pregão consecutivo de desvalorização, para R\$ 4,9050. Esse é o menor valor desde 9 de junho de 2020. O dólar turismo está a R\$ 5,07. Na semana, o dólar recua 3,26%, aprofundando a queda em junho para 6,11%. No ano, a desvalorização acumulada é de 5,5%.

Com a alta dos juros no Brasil, o real é uma das moedas que mais se valorizam ante o dólar no ano. Isso depois de ficar boa parte de 2021 na lanterna mundial — chegou a acumular depreciação de 10,38% em 9 de março, quando o dólar bateu R\$ 5,79, a máxima neste ano. Agora, a moeda brasileira sobe 5,8%.

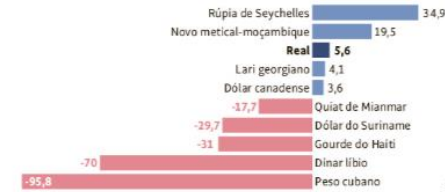
Segundo analistas, porém, a cotação não deve se manter abaixo de R\$ 5 por muito tempo, dado que o cenário ainda é de incertezas, que devem se ampliar com a aproximação das eleições de 2022. Dessa forma, há uma janela

Após um ano, dólar volta a fechar abaixo de R\$ 5



Real é uma das moedas que mais se valoriza no ano

Alta das moedas ante o dólar em 2021, em %



Fontes: CMA e Bloomberg

Safrinha de milho tem quebra, e país deve exportar menos

Os preços previstos para o milho eram bons. Com isso, o produtor não poupou investimentos e elevou a área de plantio do cereal para 14,7 milhões de hectares na segunda safra deste ano. Embora já soubesse de eventuais riscos, devido ao atraso no plantio, não contava com uma seca tão forte que, em algumas regiões, durou 70 dias. O resultado é que a chamada safrinha, semeada após a colheita de soja, que atrasou neste ano, termina com um volume de apenas 65,3 milhões de toneladas. A estimativa inicial era de 83,9 milhões. Os dados são da Agroconsult, que faz anualmente uma expedição, o Rally da Safra, pelas principais regiões produtivas do país. Com a quebra na produção da safrinha, a safra total de milho de 2020/21, incluindo o período de verão, fica em 90,2 milhões de toneladas. Por isso, o Brasil deverá exportar menos e importar mais.

de oportunidade de compra da moeda americana para viagem, investimentos e envio ao exterior.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a moeda deverá cair "bem mais". "O brasileiro deve aproveitar este momento de baixa, de forma parcimoniosa, pois o dólar ainda pode continuar caindo neste ano, mas no ano que vem pode refletir as eleições", diz Alexandre Liuzzi, fundador da Remessa Online.

Ele diz que não se deve tentar acertar o momento certo de comprar dólar, já que a cotação é muito volátil. "Se a necessidade é urgente, faça a transação logo, mas o ideal é dividir operações de modo a diluir o risco cambial".

Segundo Liuzzi, o volume de remessas da empresa aumentou bastante com a recente queda do dólar. Houve crescimento de 22,21% no total movimentando na terça (22), quando a moeda fechou abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em pouco mais de um ano, ante uma semana antes, e um crescimento de 62,17% na comparação com 28 dias atrás.

A queda é fruto, entre outros motivos, como a valorização das commodities, de um ciclo de alta de juros e de uma postura do BC de maior compro-

missão no combate à inflação.

Na quarta (23), foi divulgada a ata da reunião de política monetária da autoridade, que, em meio à escalada persistente dos preços, considerou elevar ainda mais a taxa básica de juros na reunião do dia 16, mas decidiu manter o ritmo e anunciou alta de 0,75 ponto, para 4,25% ao ano.

Atualmente, a taxa de juros neutra gira em torno de 6,5%. Economistas viram na ata um BC mais preocupado com a inflação e ampliaram suas projeções de taxa básica de juros para o fim de 2021, o que deve beneficiar ainda mais o real.

O Credit Suisse elevou a 1 ponto percentual a expectativa de alta dos juros em agosto, ante 0,75 ponto do cenário anterior. O banco vê Selic de 7,25% ao fim de 2021 e de 2022. O Bank of America também elevou a estimativa para 7%, de 6,50%, e, nesta quinta reduziu a projeção para o dólar de R\$ 5,20 para R\$ 5.

O Banco Fibra, por sua vez, aumentou a projeção da Selic de 6% para 6,5%, mas vislumbrou risco de o BC conduzir a Selic ao patamar contracionista ainda neste ano.

O Fibra ainda fala em uma "janela de oportunidade" para o real de junho a agosto, após a qual o dólar ficaria em

R\$ 5,30 ao fim do ano.

O Société Générale também parece pouco convicto de que a queda do dólar continuará. Estrategistas do banco francês entraram com posição comprada em dólar quando a moeda tocou R\$ 5,06 e miram os R\$ 5,70.

Juros mais altos no Brasil tendem a beneficiar o real por estratégias de carry trade. Elas consistem na tomada de empréstimos em moeda de país de juro baixo (como o dólar) e compra de contratos futuros da divisa de juro maior (como o real). O investidor, assim, ganha com a diferença de taxas.

Victor Beyrute, economista da Guide Investimentos, vê o dólar em torno de R\$ 5 no momento, com a moeda terminando o ano entre R\$ 5,10 e R\$ 5,15, dado o risco eleitoral.

"Acredito que esses patamares mais baixos vieram para ficar em razão de uma melhora de fundamentos. A gente viu a economia retomando o fôlego antes do esperado".

De acordo com Beyrute, a crise hídrica, no entanto, pode impactar o cenário, fortalecendo a inflação e reduzindo a atividade econômica.

Outro ponto de atenção é a política econômica dos EUA, também ameaçada pela inflação. Por enquanto, o Fed (banco central americano) reforçou que irá manter o juro local próximo de zero e dar continuidade à injeção de liquidez no mercado, o que leva o dólar a perder força internacional.

A perspectiva de alta de juros nos EUA, por outro lado, foi antecipada para 2023, o que fortaleceria o dólar.

Além do carry trade, outro fator que tem beneficiado o real é a compra de ações brasileiras por estrangeiros, que acelerou neste ano. Até segunda (21), há uma entrada líquida de R\$ 50 bilhões na Bolsa de Valores. Apenas em junho, são R\$ 14,8 bilhões.

"Fundamentalmente, o dólar pode ficar abaixo de R\$ 5, dada a balança comercial e fluxo de estrangeiro positivos. O problema são as incertezas em relação ao cenário fiscal e político do Brasil", afirma Jennie Li, estrategista da XP. O grupo vê o dólar a R\$ 5,10 ao final deste ano e de 2022.

De acordo com Thomas Gibertoni, analista da Portofino Multi Family Office, o dólar não deve cair muito mais a curto prazo. "Grande parte da valorização do real já está nos preços, e não há novo fato que faça com que a divisa brasileira ganhe maior força, [o dólar] deve continuar acima dos R\$ 4,90 enquanto espera fatos novos".

No pregão desta quinta, a divulgação de dados um pouco piores do que o esperado nos EUA ajudou na desvalorização do dólar.

O Ibovespa fechou em alta de 0,84%, a 129.512,62 pontos. Com Reuters



Primeiro-ministro britânico Boris Johnson saudando cidadãos que aguardam em centro de vacinação. Alberto Pezzali - 21.jun.21/Reuters

Mais de 2 milhões de ingleses têm Covid longa, diz estudo

Entrevistados afirmaram ter ao menos um sintoma há mais de 12 semanas

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Mais de 2 milhões de ingleses sofrem efeitos da chamada Covid longa, indica pesquisa com mais de 500 mil pessoas feita pelo Imperial College e divulgada nesta quinta (24) pelo governo do Reino Unido. O número equivale a 5,8% da população ouvida; 2% dos pesquisados relataram sintomas graves, o que corresponde a quase 690 mil pessoas.

O termo Covid longa é usado para descrever sequelas de longo prazo (ao menos 12 semanas) após infecção pelo Sars-Cov-2, uma síndrome ainda mal definida, que pode incluir fadiga, dores musculares, dor no peito, falta de concentração, falta de ar, perda do paladar e do olfato.

Os resultados "pintam um

quadro preocupante das consequências de longo prazo para a saúde, que precisam ser levadas em consideração na política e no planejamento", afirmou Paul Elliot, diretor do Imperial College do estudo —chamado React-2.

Segundo os pesquisadores britânicos, há incerteza sobre o que predis põe aos sintomas, quão longa pode ser sua duração e que porcentagem dos doentes estão sendo afetados. "A escala do problema é bastante alarmante e mostra claramente o quanto é crucial entender melhor a questão para tratar os afetados", disse o professor Kevin McConway, professor emérito de estatística aplicada na Open University.

O estudo React-2 acompanha adultos selecionados aleatoriamente e faz testes de an-

ticorpos para acompanhar a evolução da infecção por coronavírus na Inglaterra.

Nessa fase, 508.707 participantes foram questionados sobre se achavam que já haviam tido Covid-19 e sobre a presença e duração de 29 sintomas diferentes — desde fadiga que impossibilita sair da cama até espirros que não passam —, entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Do total de participantes, 19,2% (ou cerca de 97 mil pessoas) acreditavam ter tido Covid-19, das quais 76.155 apresentaram sintomas da doença. Do grupo que teve Covid-19 sintomática, mais de um terço (37,7%) manteve um dos sintomas por pelo menos 12 semanas. Outros 14,8% relataram sofrer de três ou mais sequelas por no mínimo três meses.

508.707

pessoas foram ouvidas na pesquisa React-2, entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021

97 mil

participantes, aproximadamente, disseram ter tido Covid, dos quais 76.155 com sintomas. Desses, 37,7% mantiveram ao menos um sintoma por 12 semanas ou mais

Sintomas citados

- falta de ar
- dores no peito
- aperto no peito
- fadiga
- dores musculares
- perda de olfato e paladar

A pesquisa indicou também que um terço dos que tiveram Covid longa com um sintoma haviam passado por um quadro grave durante a infecção por coronavírus, com impacto significativo na vida diária.

As estimativas de prevalência no React-2 foram ponderadas por idade, sexo, etnia, distribuição da população entre diferentes regiões e nível econômico e social, e os sintomas persistentes foram mais comuns em mulheres: 3 delas relataram Covid longa para cada 2 homens com as sequelas.

O risco também aumentou linearmente com a idade, em 3,5 pontos percentuais por década de vida. Obesidade, tabagismo, hospitalização e maior vulnerabilidade econômica e social também foram associados a uma maior probabilidade de sintomas persistentes.

Os pesquisadores identificaram dois "perfis" (clusters) de sintomas persistentes por mais de 12 semanas: no maior deles, cansaço e dores musculares foram os impactos mais comuns, enquanto no outro grupo o foco foram falta de ar grave, dor no peito e perturbações respiratórias.

O especialista em estatística McConway ressaltou também o quanto ainda é grande a lacuna de conhecimento sobre a Covid e seus impactos mais duradouros. Ele observou que, embora o React-2 seja baseado em uma amostra grande e representativa de habitantes da Inglaterra, outro estudo feito pelo departamento de estatística do Reino Unido (ONS) havia encontrado cerca de um terço da prevalência.

Também partindo de amostra representativa das quatro nações britânicas (Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda do Norte), o ONS estimou que cerca de 741 mil ingleses tiveram um sintoma persistente por ao menos 12 semanas.

Uma das explicações para essa diferença, segundo ele, é que a pesquisa do ONS estimou o número de pessoas que tiveram Covid longa em uma data específica (2 de maio), enquanto o React-2 mediu quantas já passaram pela síndrome em algum momento entre setembro e fevereiro. As listas de sintomas também eram diferentes em cada um dos estudos.

O fato é que os estudos "contam uma história semelhante: a de que Covid lon-

ga é substancialmente mais comum do que pensávamos originalmente", afirmou David Strain, da Universidade de Exeter. "Embora o risco na população mais jovem seja menor, ele permanece significativo, o que é preocupante, dado o aumento dos casos da variante Delta nos ainda não vacinados com menos de 30 anos."

Ele ressaltou que os trabalhos britânicos, como todas as pesquisas baseadas em auto-declaração, "dependem da experiência das pessoas em relatar seus sintomas", o que ele chamou de "viés de relato". Isso explicaria, de acordo com ele, diferenças como as de gênero ou de grupos étnicos.

"No entanto, os resultados semelhantes usando duas estratégias diferentes são altamente sugestivos de que essas são descobertas verdadeiras", afirmou.

Além do estudo inglês, um trabalho publicado na quarta (23) na revista Nature Medicine, realizado por pesquisadores noruegueses, mostrou que 61% de 312 pacientes acompanhados ainda tinham sintomas de Covid-19 seis meses depois da infecção. Mais da metade (52%) eram jovens entre 16 e 30 anos, e os sintomas persistentes mais comuns eram cansaço e perda de olfato e paladar.

Segundo o virologista Julian Tang, professor da Universidade de Leicester, tanto o React-2 quanto o artigo publicado na Nature mostram que uma proporção significativa de adultos desenvolvem Covid longa, o que pode se tornar "um fardo a mais para os serviços públicos de saúde".

Ele afirmou, porém, que existe a possibilidade de os efeitos duradouros se tornarem menos comuns conforme a convivência entre humanos e coronavírus for se estendendo: "No início da pandemia de gripe espanhola de 1918, vimos complicações inócuas como 'encefalite letárgica', que foi até assunto do filme 'Respertar' [de 1990 com Robert De Niro e Robin Williams], e hoje em dia não vemos mais isso".

Tang disse que a Covid longa pode se tornar menos comum à medida que desenvolvemos uma imunidade mais longa e diversa a esse vírus, mas, "nesse interim, é melhor prevenir do que remediar", com aceleração das vacinações em todo o mundo.

Governo da Índia emite alerta sobre variante 'Delta Plus'

Ana Bottallo

SÃO PAULO O Ministério da Saúde da Índia anunciou na noite da última terça-feira (22) a descoberta de uma nova variante do novo coronavírus, denominada "Delta Plus" (B.1.617.2.1), que se originou da cepa dominante no país asiático, conhecida como Delta (B.1.617.2).

A nova linhagem surgiu em abril passado e foi detectada em pelo menos 40 amostras em três estados indianos, Maharashtra, Kerala e Madhya Pradesh. Desses, 16 ocorreram só na província de Maharashtra, uma das regiões indianas mais afetadas pela pandemia.

Além da Índia, a variante já foi identificada em amostras do vírus em pelo menos outros nove países: China, Estados Unidos, Japão, Nepal, Polónia, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suíça.

De acordo com as autoridades de saúde indianas, os estados com os casos foram notificados e os serviços de saúde pública, alertados para poderem "responder com medidas sanitárias focadas e mais eficazes".

Os governantes foram aconselhados "a tomar medidas imediatas de contenção da cepa em distritos e locais tidos como de alto risco, incluindo a prevenção de aglomerações, o uso da testagem em

massa, rastreamento imediato de casos e aumento da cobertura vacinal com medida prioritária".

Embora no comunicado o governo indiano tenha classificado a nova cepa como uma VOC, sigla utilizada para descrever formas do vírus com mutações que são de maior preocupação, não há ainda um consenso sobre seu potencial mais transmissível ou até mesmo perigoso do ponto de vista de saúde pública.

No início de maio passado, a OMS (Organização Mundial da Saúde) classificou um dos três subtipos da variante Delta como de maior preocupação e confirmou que ele era mais contagioso do que os outros mutantes do vírus.

Além do potencial de maior transmissão, a variante indiana também apresenta mutações que permitem ao vírus escapar da proteção conferida por anticorpos — o chamado escape imunológico.

As mutações mais preocupantes encontradas na Delta são a D614G (identificada como a primeira mutação que o coronavírus ancestral sofreu e que se tornou presente em quase todas as linhagens subsequentes), a L452R (associada a uma transmissão até 20% maior e à capacidade de bloquear a ação de anticorpos), e a P681R (presente também na variante Alpha, a primeira



Mulher toma vacina contra Covid-19 aplicada por funcionária da saúde na cidade de Hyderabad, na Índia Xinhua

variante a ser identificada, no Reino Unido, em 2020).

Estudos publicados recentemente no formato de pré-print e ainda sem revisão de pares apontaram que a mutação P681R permite um mecanismo chamado fusão celular do vírus.

Basicamente, dentro do corpo humano, o vírus se liga às células pela região de ligação ao receptor, também chamada de proteína S do Spike (de espícula), e, uma vez no citoplasma, ele se apodera do maquinário celular para replicar o seu material ge-

nético. Durante o processo de replicação e divisão, mais partículas virais são eliminadas para infectar novas células, e assim sucessivamente.

No caso da Delta Plus, esse mecanismo ocorre em células pulmonares, o que pode indicar ainda um agravamento do quadro.

A Delta Plus possui também uma mutação adicional, a K417N, presente na variante conhecida como Beta (B.1.351, ou identificada primeiro na África do Sul). Essa mutação é um dos possíveis mecanismos pelo qual a variante sul-africana consegue escapar dos anticorpos formados após a infecção natural pelo vírus. Somados, esses fatores indicam uma maior probabilidade de a Delta Plus ser mais transmissível, fugir da resposta protetora celular do sistema imune e também dos anticorpos, mas é preciso ainda confirmar esse potencial risco.

Até o momento, a transmissão da Delta continua dominante em relação às outras cepas na Europa, que deve chegar a até 90% das amostras após o verão, segundo um estudo divulgado nesta quarta (23). No Reino Unido, um relatório recente do governo britânico indicou a presença da variante em 99% das amostras sequenciadas.

Nos Estados Unidos, embo-

ra a variante Alpha ainda seja dominante — cerca de 7 a cada 10 casos são dessa variante —, a Delta já representa 20% das amostras sequenciadas. Ela já foi encontrada em 85 países, segundo o último relatório da OMS.

Por outro lado, além dos 40 casos detectados, a Delta Plus não parece ter sua transmissão muito acelerada na Índia, que após passar pelos piores meses da pandemia em abril e maio deste ano vive agora um momento de estabilização em um platô elevado.

Dois estudos independentes conduzidos na Escócia indicaram que as vacinas de Oxford/AstraZeneca e Pfizer/BioNTech são eficazes contra a variante Delta, embora a eficácia global tenha sido ligeiramente menor do que a encontrada contra a variante Alpha — 66% contra 77% para a vacina AstraZeneca e 79% contra 92% para a da Pfizer; índices ainda considerados bons por especialistas.

Nas últimas 24 horas, a Índia registrou 50.848 novos casos de Covid e 1.358 novas mortes — o país atingiu o recorde mundial de 6.148 mortes em um único dia no último dia 10, após a revisão de dados em um dos estados, superando as 5.444 mortes registradas nos Estados Unidos no dia 12 de fevereiro.

Leia mais em Mundo, na pág. A14

GRÁFICOS

VEÍCULOS

